UNIVERSITY OF TORONTO
3 1761 01646365 5

LUÍS DE ALMEIDA BRAGA

O MAR TENEBROSO

FRANÇA AMADO,
EDITOR.
COIMBRA. 1918.

O MAR TENEBROSO

DO MESMO AUTOR:

PÃO ALHEIO.
A QUESTÃO IBÉRICA — A Lição dos Factos.
O CULTO DA TRADIÇÃO.
O MAR TENEBROSO.

No Prélo:

O MINHO.

A seguir:

O SOLAR DA RAÇA.
POLA GREI.

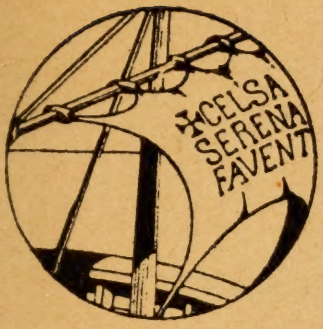
LUÍS DE ALMEIDA BRAGA

O MAR TENEBROSO

COIMBRA
F. FRANÇA AMADO, EDITOR
1918

DP
551
A6

Composto e impresso na Tipografia França Amado,
rua Ferreira Borges, 103 — Coimbra.


CELSA
SERENA
FAVENT

À MEMÓRIA

DAQUELES PORTUGUÊSES

MARINHEIROS

QUE

PROCURANDO A ÍNDIA

ENCONTRARAM

A MORTE

HUMILDEMENTE

DEDICO E CONSAGRO

Em fevereiro de 1916, a benemérita Liga Naval Portuguesa iniciou uma série de conferências patrióticas, que deviam recordar as nossas navegações e descobrimentos, para depois de por algum modo assim ter tornado perto o que estava longe, e talvez esquecido, em Lisboa erigir uma estátua a Vasco da Gama, como o seu Conselho Regional decidira. A História seria um sepulcro cerrado, se não se renovasse nas almas a sua lembrança.

Coube-me a honra de ser o sinaleiro da campanha. Esta foi a primeira dessas conferências. E logo me disseram que não podia deixar caír no silêncio a minha

voz, depois dum tão público e firme acto de fé e amôr nas qualidades e virtudes da nossa Raça.

Escritas para encher o tempo duma noite, fui-me defendendo sempre de dar às minhas palavras uma vida mais larga. Eram tão leves, para as lançar ao vento, que nem alma tinham para ficar num livro. E porque eu sabia ainda como eram rudes, sem beleza e sem harmonia, lembrava que não poderiam nunca recrear os ouvidos de ninguêm.

— Mas despertam o coração, responderam-me por fim. Andam agora na guerra os nossos soldados; os dias são

lentos nas trincheiras, sem vêr o inimigo, às vezes. É preciso mandar-lhes livros que os entretenham, e desenfadando-os, lhes falem da nossa terra, para que o tempo se lhes figure mais breve e mais branda a saudade. Exaltar a Pátria, tambem é defendê-la. *Sanctus amor patriæ dat animum,* inscreviam religiosamente os Alemães, entre grinaldas de fôlhas de carvalho, na primeira página de cada um dos volumes da célebre coleção MONUMENTA GERMANIÆ HISTORICA. E juntando que era tão segura e serena a luz de patriotismo que na minha conferência ardia, os meus amigos, para

desfazer todos os reparos em que me acastelava, diziam, sorrindo com benévola malícia, que até o Santo Ofício, o Ordinário e o Paço com agrado haviam de dar licença e privilégio para que se estampasse e corresse. Por isso me pareceu dever consentir na impressão. *Vale.*

Omni sub correctione S. M. R. Ecclesiæ

O MAR TENEBROSO, CONFERÊNCIA REALIZADA NO SALÃO NOBRE DA LIGA NAVAL PORTUGUESA, EM LISBOA, NA NOITE DE QUATORZE DE FEVEREIRO DO ANO DE MIL NOVECENTOS E DEZASSEIS.

De quantas cousas en o mundo son,
Non vej'eu ben qual pod'ensemellar
Al Rey de Castella e de Leon,
Senon úa qual vos direi: o mar.

CANC. DE D. DINIZ.

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES:

Pelo afecto que sempre tenho às coisas pátrias, logo me senti preso à homenagem que a Liga Naval prepára, e sem cuidado quebrei o gostoso silêncio em que vivia, porque compreendi ainda que uma grande esperança podia nascer nos nossos corações, ao lançar os olhos para tão longe.

É êste o valor da História.

Nos momentos de apagada e vil tristêsa, quando a vida da Pátria, como agora, é um aflitivo grito de socôrro, que ninguêm quere ouvir, se alguêm de bôa-vontade se debruçar sôbre os livros que guardam a alma da terra, sentir-se há aquecido e iluminado por uma alta chama de imortal fulgôr.

Eu cuido a hora de hoje a mais negra que a nacionalidade tem atravessado. Os orgãos políticos oficiais, — que apesar da sua orientação anti-patriótica, nefasta e criminósa, não quero acusar aqui, — envolveram em mais densas nuvens a esperança do Encoberto. Uma treva impenetrável cobre os destinos da terra portuguesa. Há quem cuide que só agora, verdadeiramente, chegou a tarde de Alcacer-Quibir.

Não podia, pois, ser melhor escolhido o motivo que aqui nos junta. Esta festa é uma velada de armas. Vamos alistar-nos numa cruzada santa. E recordando, para ganhar esfôrço, a atormentada e gloriosa travessia dos mares, V.V. Ex.as sentirão renascer a crença na volta do Rei-Desejado.

É a velha lenda revivendo ainda, — que na alma portuguesa jámais se extingue a fé nos seus destinos. Portugal pode

adormecer, não pode morrer. E eu tenho a certeza, meus senhores, que dormimos agora, para ser mais belo o nosso despertar. A promessa de Ourique vai-se cumprir. É a hora do milagre. Mas transpondo as palavras de Gioberti, lembrarei que só saberemos o que podemos sêr, quando nos recordarmos daquilo que fômos.

Torna-se necessário dar sentido à consciência nacional, aceitando humildemente a lei eterna que o sangue nos transmite. Tudo em nós é determinado pelos mortos que na longa cadeia dos séculos nos precederam. Somos formados pela terra em que nascemos e pelos mortos que nela viveram. As condições geográficas e a tradição intelectual e moral criaram-nos, a pouco e pouco, um modo de sêr próprio, uma civilização característica, a que não saberemos furtar-nos, sem perder tudo o que em nossa alma havia de eterno.

O presente, de que somos testemunhas, não é senão o élo entre o futuro e o passado. Serão sempre incompreensíveis os acontecimentos actuais, se os isolarmos dos factos que os precederam e se lhes hãode seguir. É certo que a vaidade e o tumulto escurecem a visão humana mas, nem por sêr densa, essa alta poeira interrompe o curso da vida nacional. Pela sua mesma continuidade, dela recebem as gerações presentes os pensamentos que as gerações passadas elaboraram. Assim sôbre os vivos se exerce a influência dos mortos.

C'est la cendre des morts qui créa la patrie, diz o verso sugestivo de Lamartine, como se quisesse significar que estamos ligados à terra da pátria pelo nosso passado e pelo nosso futuro, pela saudade e pela esperança, pela serenidade religiosa dos túmulos e pelo rítmico embalar risonho de mil inquietos berços!

Nenhum outro povo tem, melhor que o nosso, uma mais iluminada noção de pátria. O português tem o instinto da pátria, como tem o instinto da própria vida, como tem o instinto de conservação. As guerras com Castela e as lutas desesperadas contra os soldados de Napoleão, bastam para testemunhar como esta ideia está fundamente enraízada nos corações portugueses.

Nas horas de aflitiva anciedade e incerteza, a alma generosa e ardente do nosso povo enche-se do amôr da terra, cobre-a a memória do antigo esforço heróico e, mesmo oprimida e humilhada, não quer sêr senão portuguesa a gente de Portugal.

A ideia da Pátria nasceu no dia em que a Raça, à sombra do escudo liso de Afonso Henriques, tomou consciência de si própria pelo facto de se sentir atacada e ameaçada de morte pelos soldados de

D. Tareja, — *indignos estrangeiros,* como lhes chamava a cega raiva do tempo. Não demorou então a voz de Portugal a erguer-se firme e clara em Santa Maria de Almacave, para dizer que queria sêr livre, junto do rei livre!

E esta ideia, mal foi nascida, desenvolveu-se e fortaleceu-se por tal forma, teceu tão miudamente os fios da História, que para sempre nos encadeou à lembrança dos Maiores. Depois, no correr do tempo, tomou uma tão viva, uma tão grande intensidade e força, que a recordação dos avoengos, por sêr assim forte e intensa, de tal modo fez subir as qualidades do nosso povo que, apenas por esse facto, parece iluminado já por um clarão eterno de glória!

Em nenhuma outra história, como na de Portugal, encontrava Napoleão mais sugestivos exemplos de heroísmo e bravura. Porque vencera ao lado dos nossos

soldados e estivera com eles em Wagram, em Smolensko e Moscow, porque nas serranias do Bussaco vira desplumar-se a águia romana que, protegendo-o, espalhava a sombra da sua glória, é que Napoleão recomendava insistentemente o ensino da nossa história nos liceus de França.

— Poupem-me os portugueses! gritava êle na tarde de Wagram, admirado do heroísmo dos soldados da legião lusitana. E depois, na ordem do dia, referia-se às nossas tropas confessando que era devida a elas uma parte da vitória.

O patriotismo é a maior de todas as necessidades da vida de um povo, tem o valor de uma religião, é igreja onde se juntam todas as crenças, capela doirada para os que não teem fé alguma. Os ateus do século IV invocavam Roma como se fôra uma deusa, o génio do seu império, a alma do universo romano. André Ché-

nier, tambêm ateu, divinisava a pátria nestes aureos versos que repetem hoje, sob a metralha alemã, os moços soldados da velha Galia:

Sur ton front radieux
Luit un noble avenir de gloire et d'opulence.
Salut, déesse France!

Os gregos e os romanos punham acima de todas as desgraças, a desgraça de viver longe da pátria. O exílio era a pior e a mais cruel das mortes. No poema de Homero, entre regalos, Ulysses volta saudosamente os olhos para o fumo que se ergue sôbre os montes da terra onde embalára o coração...

A religião da pátria cria um deus real, com corpo e alma: vê-se, sente-se, apalpa-se na sua História, nas suas artes, nas suas paisagens cobertas de luz e murmúrios; ouve-se falar no cláustro pleno dos seus heróis!

Mas mais que o amôr pela terra, o verdadeiro patriotismo é o amôr pelo passado, é o respeito pelas gerações que nos precederam. Lembro a cláusula admirável do testamento de Fustel de Coulanges, pedindo que o enterrassem segundo o antigo costume da França e à beira do seu corpo morto a Santa Igreja Romana rezasse o ofício de defuntos: — « *Je désire un service conforme à l'usage des Français, c'est-à-dire un service à l'église. Je ne suis, à la vérité, ni pratiquant, ni croyant; mais je dois me souvenir que je suis né dans la religion catholique et que ceux qui m'ont précédé dans la vie étaient aussi catholiques. Le patriotisme exige que si l'on ne pense pas comme les ancêtres, on respecte au moins ce qu'ils ont pensé.* »

Assim o compreende igualmente o ilustre escritor Jules Soury, — um dos mais conhecidos mestres do materialismo contemporâneo —, que apesar de livre-pen-

sador e ateu, de não ter recebido no coração a graça que dá o consôlo de crêr e esperar, só porque respeita os antepassados, sente a obrigação de pensar como eles, e vai, comovidamente, dobrar os joelhos nas frias lages sagradas das Igrejas.

O presente é absolutamente incompreensível sem o passado, disse Novalis, o terno e subtil poeta que, debruçado para a noite, ouvia a oculta fala das coisas e via a misteriosa e amorosa alma da Terra.

Não saberemos nunca para onde vamos, se não soubermos de onde vimos.

Ninguêm melhor que Comte mostrou a importância da tradição, que torna as gerações solidárias, ligando os vivos aos mortos. A tradição é a aplicação ao presente da experiência do passado, é a lei instintiva da continuidade nas obras humanas. Pela tradição recebemos ideias, instituições, princípios que fizeram a prova

do tempo. Mais do que por leis, os povos governam-se por exemplos. E nem sequer se diga que a tradição é um obstáculo ao progresso, porque o homem é um ser livre e consciente, e porque a sua liberdade original ajunta sempre riquezas novas à herança das gerações anteriores. Os povos mais aferrados à tradição teem sido também os mais capazes de progresso, isto é, de adaptarem a sua actividade às novas necessidades.

O passado não morre nunca, repetia o grande Fustel de Coulanges. O homem pode esquecê-lo, mas conserva-o sempre dentro de si, porque tal como é em cada época, é sempre o produto e o resumo de todas as épocas anteriores. Foi por isso que Auguste Comte poude dizer que a sociedade actual conta mais mortos do que vivos. O individualismo democrático é falso, precisamente porque despreza o futuro e esquece o passado. O que carac-

teriza a sociedade humana é sobretudo a transmissão do passado ao presente, ou, como dizia Comte, *la cooperaction successive*.

A sociedade humana compõe-se de famílias e não de indivíduos; era também um dos aforismos queridos do exilado filósofo da rua de Monsieur-le-Prince. A família é o fundamento da sociedade. Têr por único objectivo o indivíduo, é têr por único objectivo o presente, quer dizer, o efémero. E a sociedade é alguma coisa mais do que o presente, é o passado e também o futuro. É consultando o passado, e apoiando-nos nele, que se prepára e edifica o porvir. « *Só a plena aquisição do que fomos nos afeiçoará às complexas necessidades do que nos pertence dispor para que novamente novas reclamações logrem éco e nosso nome provoque o respeito* », reconhecia o tantas vezes desiludido Sampaio Bruno.

Sonhêmos, mas recordando-nos sempre de que havemos de acordar um dia. O destino de um povo depende das certezas que o guiam, não deixa Le Bon de o proclamar.

Segundo o pensamento de Taine, todo o nosso empenho deve consistir em tornar presente o passado. A obra de levantamento social, por que todos tão ardentemente anceiam, háde realizar-se pelo ensino da história. E, indubitávelmente, a nossa pátria tem, num passado agitadissimo de oito séculos, a melhor lição do seu futuro. A história é alguma coisa mais do que uma sciência, escreveu um dia Ferrero: é uma forma de acção.

O culto do passado, a lembrança das glórias e das lutas da pátria, o amôr do ideal para o qual ela tende, a recordação piedósa das suas tradições, o valor material e intelectual da ideia que ela representa, — são todos estes elementos que formam da noção de pátria não uma

manifestação instintiva, mas o fruto duma vontade reflectida e consciente.

A pátria não é apenas uma combinação de interêsses materiais; é, principalmente, como de Maistre ensinava, uma associação, sôbre o mesmo sólo, dos vivos com os mortos e com os que hãode nascer. Uma nação é sobretudo um indivíduo moral, como o homem é sobretudo uma força moral. Pátria quer dizer amôr; nação significa orgulho. A nação é o maior factor da História, porque é a unidade do maior número de homens, do maior número de consciências e de vontades. Eu só desejo para Portugal, se no Céu lhe está marcado fim, que a sua morte seja num campo de batalha, que tenha ao menos o destino heróico do sempre desejado rei D. Sebastião. Mas não permita Deus que Portugal passe na História para o silêncio, através das portas de fogo da desonra e da infâmia.

Como aquele velho soldado que, à capela solitária de Gôa, ia com seu bordão de peregrino bater na pedra do sepulcro de Afonso de Albuquerque, brademos também a Portugal: — Levanta-te ou perderás o que ganhaste!

Aflige o nosso coração de patriótas a vã e estéril agitação, a baça decadência que, há anos, se vem acentuando em todas as manifestações da actividade portuguesa, tanto pública como particular. É preciso que a maravilhosa terra de Nunalvares resurja como no prodigio da primeira idade, que volte a ocupar o logar a que tem direito, que viva livre, prospera, honrada e feliz, sob a benção de Deus.

Eduquem-se as almas ao contacto salutar das nossas glórias e dos nossos poetas, dos nossos soldados, dos nossos ardidos navegadores. Voltemos às claras fontes da inspiração nacional. Recorde-se a luz

imprecisa da manhã de Ourique, gerando uma aurora; o milagre de Aljubarrota e o sonho de Sagres: — o sonho e a aventura da Raça; a cantiga do Longe embalando as praias (murmúrio de tentação ouvido como uma reza); a demanda mística do Preste João; a saudosa abalada pelas sete partidas do mundo; a Nau Catrinêta à flôr das ondas...; as invasões e os assedios; o sino do concelho convocando os bésteiros acontiados à corrediça do muro e espalhando as Avé-Marias no crepúsculo da tarde; os Cancioneiros da Côrte e os Rimances populares; as lendas e os contos dos recantos quentes das lareiras; as estâncias de bronze dos LUSIADAS e a voz meiga e limpida de Bernardim e Crisfal; os periodos sonóros do Padre Vieira e os beijos carinhosos de Bernardes nos pés da Cruz de Jesus...

Ponham-se num altar as Taboas de Nuno Gonçalves e, em louvor do sangue

antigo, rezem-se diante delas os suspiros cristãos da HISTÓRIA TRÁGICO-MARÍTIMA, — o maior grito de dôr que a humanidade ouviu, livro que não tem par em nenhuma outra literatura!

✠

A constituição da nacionalidade portuguesa é um facto histórico, natural e evolutivo, e de maneira alguma o resultado de circunstâncias de momento.

Abrandada a rudeza primitiva dos póvos do Norte, que numa onda de sangue rolaram sôbre a Europa tímida, confundindo e revolvendo as nações, outra vez se tornáram bem distintas e profundas as diferenças antigas que as separavam. Tinham-se os bárbaros identificado a final com os costumes dos primeiros habitantes. As letras e as artes,

que durante êsse período tempestuoso ficáram esquecidas sob as ruínas que por toda a parte se espalháram, floriam agora com a frescura e a graça duma primeira manhã.

A invasão dos bárbaros na Europa foi um facto providencial e necessário. Dir-se-ía que êsses bandos selvagens vinham mandados por Deus, para executar a sua justiça contra o império idólatra de Roma. Caíam as almas numa degradante languidez doentia, um tédio baço escurecia a vida. E foi então que essa gente bárbara, em quem o sangue boiava à flôr dos fundos olhos azues, de longas barbas esquálidas, caíndo sôbre o peito como uma couraça, os fulvos cabelos soltos, que erão ao vento como labaredas, — tão alta como gigantes, tão má como féras, « *gens perfida, sed pudica* », na palavra do escriptor antigo, — se lançou no desvairo da sua carreira aventurosa, e veio dar ao

decaído latino um novo motivo de acção, abrir no peito de todos uma luminosa fonte de virtudes.

Da desordem nascia o amôr da ordem.

Foi a Igreja Romana que na Península emprestou força e orientou as razões da civilização contra a barbaría.

Á medida que as diferentes regiões da Espanha saíam de sob o domínio mussulmano para o dos descendentes dos godos asturianos, iam-se elas constituindo num sistema de estados independentes. Obedeceu tambêm Portugal a essa tendência espontânea. O movimento da Reconquista, que simultaneamente se iniciára a norte e léste, dava logar à formação dos reinos de Leão e Navarra. Mas seguindo e completando a lei de desagregação, que domina em tudo, Navarra dividiu-se ainda nos estados de Castela e Aragão, donde por sua vez veio a saír o reino de Portugal.

Entretanto, com a facilidade com que desapareciam, novos reinos surgiam. Os varios estados peninsulares ora se ligavam, ora se separavam; só Portugal, tão cioso era já da sua independência, se mantem desde a primeira hora liberto de influências que podessem prejudicar a sua autonomia. Leão, Castela, Galiza, Navarra, Barcelona, Aragão, chocam-se, afastam-se num indefinido desejo de vida, numa aspiração imprecisa e vaga. Portugal, como diz o severo Herculano, no meio de tais divisões, conservou sempre um notavel aspecto de unidade moral. Fôsse qual fôsse o partido a que êle se associasse, continúa o nosso grande historiador, todos os barões portuguêses se mostravam conformes, ao menos passivamente, com o sistema do que, debaixo desse aspecto, podemos chamar política externa do país.

Antes do príncipe ser independente no exercício da soberania, já a opinião

geral atribuia ao território essa qualidade. Ainda se não tinham lançado as bases da dinastia real, e já Portugal era designado como reino. O povo livre não podia tardar em escolher um chefe, que sustentasse as suas ambições patrióticas e acabasse com a supremacia política do rei de Leão.

A maior parte das povoações portuguesas não estavam sujeitas a senhorio algum, eram *Behetrias,* tinham o direito de eleger e tomar por seus regedores quem melhor as defendesse. Nos cantos populares portuguêses, como no romance triste de Santa Iria, se encontra alusão a êste costume.

O conde D. Henrique reuniu e compoz essas vontades ainda dispersas; D. Tareja consolidou-as; e Afonso Henriques consumou verdadeiramente a independência de Portugal. Mas não foi só da vontade dos homens que proveio a independência

da nação. Os nossos historiadores, como se estivessem apostados em fazer esquecer o que valemos e somos, entregues a um subjectivismo doentio, que tem muito de criminoso, escrevem, sem encontrarem quem os corrija, que nada justifica a nossa separação do resto da Península. E cobre-se-me o coração de vergonha ao ter agora de dizer que são estrangeiros quem nos vem ensinar o que todos deviamos saber e proclamar. É Hegel, Kohl, Réclus quem se ergue contra a doutrina suicida de Oliveira Martins e sustenta que a unidade de Portugal é distinta e até oposta ao resto da Península.

Oliveira Martins desconheceu absolutamente a idade-média portuguesa. Na opinião de Bazilio Teles, a sua erudição era superficialíssima. É êle quem o acusa de ter composto novelas, quando pensava escrever história.

Era no entanto magnífica a intuição histórica de Oliveira Martins. Se êle tivesse tido da idade-média o conhecimento que dela teve Herculano, não se limitaria nunca a vêr apenas uma questão de turbulência ambiciosa por parte dos barões d'aquém-Minho, no movimento que animou a independência nacional.

Lusitani pars alia Hispanorum suis legibus viventium, escrevia Appiano aos derradeiros clarões de Roma, mostrando assim como antes da gloriosa fundação da monarquia já iam longe as raízes da nossa independência. Mas Oliveira Martins desprezára de todo o estudo da época romana, o período chamado proto-histórico não o interessou, o factor étenico não teve para êle a importância que hoje reveste; só os elementos negativos lhe mereceram exame.

Basta a notavel uniformidade da nossa língua na mais alta idade-média, desde o Minho até ao Guadiana, para explicar

a unidade de interêsses, de costumes, de tradições, de aspirações que as condições geográficas aqui determinavam. Essas mesmas condições bastam tambêm para explicar a oposição que sempre houve entre o português e o castelhano.

A água, o céu e a terra é que fazem os povos. Estudando o papel da geografia na história, Victor Cousin escreve algures que se lhe derem um mapa e o ilucidarem sôbre o clima, a flóra, o curso das águas e dos ventos, não se arreceará de dizer nem o carácter do homem dessa terra, nem o logar que ela ocupa na história.

Segundo Pi y Margall, (ainda outro estrangeiro) a raça portuguesa é talvez a mais pura da Europa e a nossa nacionalidade a de mais lógica formação entre os vários estados peninsulares. Num antigo livro de costumes, adornado com todas as galas do espírito espanhol, lê-se

o seguinte a nosso respeito: « *és una gente bien entendida y valorosa por la mar, y con su indústria y diligencia se ha descubierto grandes partidas del mundo* ».

Tinha dom de profecía quem baptisou Portugal, fundindo logo na mesma palavra a terra e o mar, compondo num nome só a glória do seu destino.

✠

Terminada a luta da concentração coesitiva, o reino fôra abrindo gloriosamente as suas fronteiras naturais. Começava a afirmar-se o desejo de aventura e expansão, que para todos os séculos havia de fazer da raça portuguesa a mais audaz de todas as raças.

Pela união combinada de Sancho I com Afonso Henriques, a nacionalidade

toma uma consistência e uma uniformidade que a preparam com a força material e moral precisa para a sua aurifulgente vida de epopeia. No município encontrou Sancho I a semente que levaria ao engrandecimento do reino. *El Poblador, el Lavrador,* lhe chamavam as gentes agradecidas por tantas graças com que enriquecia os campos e as cidades.

O município, instituição que, na palavra viva de Tocqueville, parece ter sido afeiçoada pela mão de Deus, garantindo a liberdade dos póvos, garantia também o desenvolvimento da terra. É nos forais que essas garantias são fixadas. As garantias pessoais, de que tanto se ufanam as constituições modernas, lá se encontram no latim bárbaro do foral modesto da meia-idade. A inviolabilidade da pessôa e da casa do cidadão, que é hoje letra morta, era então solenemente assegurada pelas cartas dos con-

celhos; e a autoridade do chefe da família era consagrada pelo respeito de que o foral a circundava.

Todas essas regalias, e outros muitos privilégios especificados nos diversos forais, protegiam eficazmente os membros dos concelhos e asseguravam-lhe o gozo de liberdades... que a Liberdade nos tirou a todos.

Os concelhos, fundados de novo, ou restaurados, ao mesmo tempo que melhoravam o estado interno do país, aumentavam-lhe os recursos e engrossavam a população. Multiplicam-se as aldeias, os casais e as granjas; erguem-se já povoações onde há pouco ainda eram sítios êrmos; cultivam-se baldios afincadamente. A fundação do mosteiro de Alcobaça, além das ideias piedosas que a inspiraram, obedeceu já ao alto pensamento de valorisar a terra. Era uma aspera charneca que o rei cedia aos monges de

S. Bernardo, um vasto descampado, que até aí servia apenas para campo de luta entre cristãos e mouros. Ao doar-lh'o agora, o rei esperava que o trabalho disciplinado dos frades desbravasse as selvas e animasse as solidões de granjas e vilares. E não se enganou. É ao mosteiro que as vilas dos coutos devem a sua existência.

A guerra devastara searas e povoados. As cidades eram montes de ruínas, as aldeias campos de cinza. A terra voltava a ser virgem. Os documentos desse tempo, para designarem o arroteamento e cultura do terreno, vêem-se obrigados a escrever a palavra *desflorar*, como se contassem a primeira manhã do mundo.

O rei Sancho II, tão caluniado nos compêndios oficiais, foi um dos monarcas mais zelosos na prosecução do alto pensamento administrativo dos seus antepassados. E é ainda à sua espada forte

que se deve o alargamento das fronteiras do reino pelo sul, com a conquista da terra florida do Algarve.

Depois de expulsos todos os sarracenos, o país respirou mais desoprimido. A comunhão de perigos e fadigas tinha fortalecido os concelhos, e a segurança relativa, abonada pela paz, reanimou a lavoura, atraíndo para as aldeias os braços desocupados. Os monarcas, por seu lado, estimulavam habilmente estas tendências.

A vida de Portugal tomava uma nova forma. As fronteiras estão enfim demarcadas com toda a possível latitude peninsular. O genio guerreiro, que nos reinados precedentes trouxera o espírito público em continúo alvoroço, sopita-se agora. Acalmam-se e desaparecem as correrias, fossados e assaltos, e num largo período de amoravel viver, estabelece-se entre as classes a tranqùilidade interna. Assim,

neste remanso de paz, se forma e estreita a vida íntima da família e do lar. Fundem-se e amalgamam-se todos os elementos étnicos que, de diversas proveniências, formavam a pequena casa lusitana, e a alma nacional começou a revestir essa delicada fórma poética, que constitue uma nova e não menos valiosa face do prisma da nação.

Apagára-se o rumor das armas. Portugal deixa de ser um acampamento em continúo rebate, para se tornar um campo de lavoura, cuidado e fértil como uma horta ou um pomar. E à língua balbuciante, para embalar o trabalho, chega o eco docemente maguado das canções provençais.

As queixas dos trovadores acordam as raízes dormentes de uma poesia tradicional. Lindos cantares se ouviam por todo o reino. A alma da raça encontrava a sua mais alta expressão no esplendôr

poético da côrte de D. Diniz. Os modernos estudos de Ribera y Tarragó levam a concluir que os trovadores portuguêses se criaram fóra de toda a influência directa ou imediata dos trovadores ocitanicos, e que na verde terra d'áquém e alem Minho, segundo o testemunho irrefutável dum velho cancioneiro encontrado entre o pó da biblioteca de S. Petesburgo, o lirismo provençal primeiro encadeou lágrimas e amores.

Ao lado de D. Diniz, o rei justo e sábio, guarda a história o perfil celeste de D. Isabel de Aragão, a rainha santa e pura. Ao lado do rei poeta estava como que o próprio vulto da poesia cristã.

Tudo são flôres, na crónica legendária da Rainha Santa. Ninguem ignora a lenda que a diz surpreendida nos jardins do Paço, e como as esmolas que levava se transformaram em rosas.

O povo enchia meigamente de suaves imagens a vida da Rainha. Quando, uma tarde, ela quis pagar aos canteiros o trabalho da igreja que mandara construir em Leiria, deu a cada um uma rosa, e agora eram as rosas que se transformavam em ouro . . .

Com razão reconheciam os antigos no seu Rei o *Pai da Pátria*. O bem do povo era o maior cuidado dos monarcas de Portugal. Por todo o reino, em asperas jornadas, iam eles, por seus mesmos olhos, formar juízo das necessidades da terra. Reconstruiam-se então as povoações decaídas, edificavam-se outras de novo nos mais apropriados pontos; confirmavam-se, no próprio logar, direitos e privilégios; cuidava-se em que a justiça fosse bôa e rápida. Quem se julgasse ofendido, logo no rei encontrava proteção e socorro. A seguir à tomada de Lisboa, a caridade de Afonso Henriques pensou imediata-

mente em assegurar aos pobres, para todo o sempre, uma esmola cuja importância, proporcionada, montava segundo o zêlo daquele que a recebia. Quando o terreno da conquista se dividiu entre os cavaleiros e guerreiros que tinham acompanhado o Rei na empresa de Lisboa, por sua ordem foi o conselho municipal obrigado a repartir também o Campo de Valada, entre os habitantes que por sua extrema pobreza nenhum chão possuissem.

Todos os anos os empregados da comuna faziam uma lista dos pobres e por eles se distribuia o campo. E se, atraídos pela admiravel fertilidade da terra, os nobres e os poderosos os procuravam repelir dali, logo eles encontravam proteção e amparo na justiça do Rei. Sancho I, Afonso II, D. Diniz, todos manifestaram sempre o mesmo paternal cuidado pelos pobres, o mesmo alto respeito por esta extraordinária instituição de caridade.

« *Não me faltou na vida bemaventurança,* disse o rei D. Diniz na hora da morte e da verdade, *porque me criou Deus Rei de gente portuguesa.* » E pondo os olhos no Infante, acrescentou: « *Encomendovos sobre tudo o grande amôr que deveis a vosso povo, pois ficais rei da melhor, & mais leal gente que tem Senhor Pagam, ou Catholico, & como tal aveis de fazer no reino oficio brando, & amoroso.* » E depois, D. Pedro, — a quem tão injustamente chamam Cruel, pois ainda não veio ao mundo coração de mais terno querer nem de tão longa saudade, — sob a sombra macia das árvores, fazendo justiça à boa maneira antiga, dizia aos que o cercavam: « *Não merece ser o Rei o que cada dia não faz mercê, ou beneficio a seu Reino.* »

✠

Já se vão erguendo à beira mar os rumorejantes pinheirais, que pelas noites fundas enchem o ar de promessas. Parece que as arvores, na ânsia que as invadia, sabiam estar destinada para elas uma missão mais alta do que a de salvar as terras das invasões da areia, e eram agora como outras sereias, chamando os homens para o mar.

Portugal fortalecia-se diáriamente, granjeando na sua unidade e na sua progressiva riqueza, vinda do trabalho animado das suas classes, a indomável força de gigante com que, dentro de pouco, se havia de atirar às conquistas de outro mundo.

Renovando as celebradas tradições administrativas de D. Diniz, D. Fernando

organisou também, cuidadosamente, a marinha mercante. É notabilíssima a legislação comercial-marítima dêste monarca, de quem apenas é costume contar o doirado enrêdo romântico dos seus amôres. Oliveira Martins não duvida afirmar que a não ter sido o fomento marítimo do século XIV, jámais Portugal teria ganho a honra e o proveito histórico das suas grandiosas navegações, das suas conquistas mal-fadadas e da brilhante empresa da sua colonização atlântica e americana. E o ilustre escritor sublinha o facto de que, a cinco séculos de distância, essas leis conteem já em si o embrião de tudo o que hoje a França, a Itália, os Estados-Unidos legislam ou reclamam em favor próprio. Lá se encontram os prémios de construção, os prémios de navegação, a franquia de embandeiramento, os seguros mútuos, a estatística naval, a inspeção técnica.

Pode dizer-se que a marinha portuguesa surge com a independência nacional: é uma criação da primeira época da dinastia afonsina. Já no tempo de Afonso Henriques as crónicas falam das façanhas de D. Fuas Roupinho, batendo os Mouros no cabo Espichel e levando seus barcos a aportar a Ceuta. « *E pera que os Mouros perdessem a esperança de socorro por mar,* conta Brandão na MONARQUIA LUSITANA, quando refere a tomada de Faro, *mandou ElRey vir sua frota de navios grossos, alguns dos quaes se atravessarão no rio, e bem fortalecidos de couros enervados, e outras invenções de guerra seguravão os nossos os acometimentos das galés mouriscas, se por aquela parte os quizessem romper* ».

Mal terminára a conquista de Lisboa, no foral que o rei concedia à cidade, era elevada e aumentada a jerarquia e os direitos da gente do mar. Grandes con-

cessões foram feitas aos marítimos, reconhecendo-se-lhes a dignidade da profissão. A alguns era outorgado fôro de cavaleiro: « *De nauigio uero mando, ut alcaide, et duo spadalarij, et unus petintal, habeant forum militum.* » E pelo tempo fóra as mesmas regalias foram fixadas nos forais de Coimbra, Santarem, Leiria, Alemquer, Castro Marim...

Quando a côrte residia em Coimbra, era da foz do Mondego que as frotas saíam; porêm, depois que Lisboa foi ganhada aos Mouros, logo ali se estabeleceram estaleiros, e toda a navegação para lá passou.

Era já muita a gente empregada no mar. No reinado de Sancho I uma numerosa armada portuguesa se juntou com as dos Cruzados, para a conquista de Silves. Em tempo de Sancho II, naus portuguesas bloquearam e renderam algumas vilas do meio-dia da Península. Então estavam

os judeus obrigados a contribuir para a marinha, fornecendo a corrente e a âncora para todo o navio aprestado pelo Rei.

Durante o reinado de Afonso III a marinha aumentou consideravelmente. Já uma frota portuguesa podia fazer frente aos Mouros; já as galeras do rei de Portugal ajudavam no alto mar o rei de Castela; já o Papa, só por seu poderio naval, convidava Afonso III a prestar auxílio na guerra santa.

Com D. Diniz, um novo brilho encheu as coisas do mar. As naus agora não bastavam apenas para repelir os ataques hostís dos mouros, mas ousavam até empresas próprias contra a riba de África. E nos vagares da paz, então mais animava a marinha o florescente comércio que de longo tempo nos prendia ao norte da França, à Flandres e à Inglaterra. Afonso II, por uma lei « *cheia de humanidade e de sabedoria* », como escreveu o

douto prefaciador das Ordenações, assegurava ao dono de navios a propriedade da embarcação naufragada na costa de Portugal, — « *pois é injusto que os homens causem mais prejuízos ao naufrago* ». E todas estas mercês e cuidados dobraram ainda com D. Fernando.

Os capítulos das côrtes de Leiria e Pôrto recordam a atenção que a Terra punha no Mar. Mas o mais certo sinal de que os olhos portuguêses já viviam prezos longe do mundo estreito que os detinha, está nos privilégios que D. Fernando concedeu aos que comprassem ou fizessem naus. « *Veendo o muy nobre Rei D. Fernando,* diz o Cronista, *como nom soomente desta samta e proveitosa hordenaçom que assi fizera, se seguia gram proveito a el, e a todoo poboo do reino... hordenou, pera os homeens haverem moor voomtade de as fazer de novo, ou comprar feitas, qual mais semtissem por seu provejto,*

que aquellees que fezessem naaos de cem tonees a cima, podessem talhar e trazer pera a cidade, de quaes quer matas que delRei fossem, quamta madeira e mastos pera ellas ouvessem mester, sem pagando nenhuuma cousa por ella; e mais que nom dessem dizima de ferro, nem de fullame, nem doutras cousas, que de fora do reino trouvessem pera ellas ».

As viagens e os descobrimentos de que nos veio a Índia e o Brasil, só foram possíveis porque a primeira dinastia, e especialmente o governo de el-rei D. Fernando, tinha criado uma forte marinha à sombra duma sábia legislação.

✠

Sustentada a independência de Portugal nos roxos campos de Aljubarrota, devotamente D. João I mandava levantar

a sumptuosa igreja de Santa Maria da Batalha, para que da batalha se não perdesse a memória.

Em parte nenhuma, como aí, ficou mais profundamente assinalado o espírito religioso-cavalheiresco da meia-idade portuguesa. Na Batalha, o sentimento religioso e o sentimento da Pátria estão envoltos nas mais finas rendas que o mais fino cinzel pode recortar; voaram os mais altos vôos da arquitectura; as mais delicadas graças da arte e da poesia para sempre os juntou e prendeu numa trancinha de pedra. Não podiam ter os cavaleiros da Ala dos Namorados melhor logar para dormir o glorioso sôno da vitória. Desce a paz que os cobre das asas cândidas de Maria, o ideal da beleza, da virtude, da perfeição da mulher. Em todos esses caprichosos ornatos, que se enlaçam e enredam nas cimalhas, nos pórticos, nos coruchéus da Batalha, cuida a gente dele-

trear ainda as divisas de amôr e fidelidade do tempo antigo!

O monumento da Batalha é o padrão mais glorioso e mais genuínamente português de todos quantos se erguem por êste país a confirmar passadas grandezas. Tudo ali é português: um alto pensamento patriótico, — a lembrança da defesa da Terra, — presidiu à sua fundação; mãos portuguesas o ergueram desde os alicerces até à grimpa das torres.

A igreja de Santa Maria da Batalha significa alguma coisa mais que a vitória das nossas armas: significa sobretudo o começo dum novo periodo de civilização, é o caminho que leva a descerrar as portas do Oriente e a provar à Europa, muda de espanto ante o audacioso feito, que os destemidos cavaleiros portuguêses não tinham apenas pulsos de ferro para sustentar a sua independência, mas que também não lhes minguava ânimo

ou saber para as grandes lides do Mar...

Príncipes mais ilustres que os filhos do Mestre de Aviz nunca a Europa os viu. Quando lhes chegára a idade, conforme ao uso do tempo, de receber a pranchada de cavaleiros, mandou el-Rei D. João que, com grande pompa, em justas e torneios, por todo o reino se celebrasse o baptismo guerreiro dos Infantes. Mas o génio altivo dos filhos do vencedor de Aljubarrota intende que não era em festivos lances que se ungiam os heróis. Querem, imploram um baptismo de sangue e de glória, de glória para eles, para o reino, para a Cristandade.

Nenhum feito podia acomodar-se melhor a esses desejos como a tomada aos mouros da cidade de Ceuta, sobranceira ao Mediterrâneo, baluarte da dominação árabe na Península. Esta cidade, tão decaída hoje, e que foi para nós mais do

que para Roma fôra Cartago, — porque a santificou o martírio do infante D. Fernando, — passava então por ser a mais bela da Mauritania.

Centro activo de comércio e estudo, era também notável sob o ponto de vista militar. De lá partiram os árabes para invadir a Península, de lá recebiam socorros os mouros de Granada, quando os cristãos os punham em duro aperto, ou quando pretendiam realizar alguma expedição mais arrojada na terra dos defensores da Cruz. Por todos estes motivos era Ceuta considerada, na idade-média, a chave da Cristandade e o terror da Espanha.

El-Rei D. João I descançava a final dos esforços extraordinários do seu reinado. Mas a quietação não ligava com o espírito abrasado dos Infantes. O veador da fazenda de el-Rei, o velho João Afonso, apontou-lhes então a conquista de Ceuta

como façanha digna de seus esforços e como magnífico prémio para o heroísmo cristão. Tomada aquela cidade, fácil era compreender como, cortada a continuidade do govêrno e senhorio sarraceno, que se concentrava em Granada, êste domínio tão temido viria em pouco a extinguir-se, por se encontrar isolado.

Não tardaram os Infantes em comunicar estas ideias a seu pai. O reino cresceria assim em poderio e riqueza, o serviço de Deus viria a ser louvado e aumentado.

Começaram os preparativos da expedição. Um grande segrêdo a envolvia. Estava tudo pronto para a partida, quando a morte da Rainha veio demorar a empresa e até tornar duvidosa a sua execução. Mas ao apartar-se da vida, a Rainha pedia, num último soluço, que a sua morte os não estorvasse de partir. E poucos dias depois a armada desamarrava . . .

✠

A jornada de Ceuta é uma das mais brilhantes páginas das glórias portuguesas, tanto pela heroicidade dos que nela andaram, — cuja palma cabe aos dois filhos de D. João I, D. Duarte e D. Henrique, — como pelas suas conseqüências de ferteis louros para Portugal e de queda e desprestígio para o domínio sarraceno das Espanhas.

A valentia do Infante D. Henrique é uma labareda inflamando-o todo. Como pedira a el-Rei seu pai, foi êle o primeiro a saír em terra, e até ao fim do assalto não descansou um instante ou recuou uma vez. Nesse dia, no céu de púrpura o sol era uma brasa; as armaduras pareciam fornalhas. No delírio do combate os Infantes atiram fóra o aço que os sufóca,

e ficam apenas com a cóta e a espada fulgurando ao alto, como a dum arcanjo guerreiro.

Seja qual fôr o lado por onde encararmos esta expedição a Ceuta, ela afigura-se-nos sempre como a verdadeira origem dos futuros descobrimentos. Ali começou a instrução de D. Henrique sôbre as coisas do mar. Foi em frente de Lisboa, quando o pano das velas se abriu e o vento lhe segredou a palavra de mistério que guiou a armada, que a vocação do Infante se sentiu desperta, no deslumbramento das luzidas naus, no aureo scintilamento das águas do Tejo!

Ceuta foi assim o primeiro fúsil da longa cadeia com que os marinheiros portuguêses cingiram a costa de África, e o último dos quais, engastado em oiro, se prendia ao paraíso da Índia. A vista de tanta riqueza amontoada ali, de tanto povo arredado da verdadeira Lei, fugindo

da cidade para dentro duma vasta região sua desconhecida, devia naturalmente trazer ao espírito do Infante, límpido e propenso a grandes ilações, a idea de distender o conhecimento desta nova terra por outros pontos em que o mar a iria fechando.

A alada fama de um comércio farto, que de longe vinha a Ceuta, como grande emporio de trocas entre o Oriente e o Ocidente, havia também de acender-lhe o desejo de directamente entrar no trato desse país maravilhoso, onde tantas riquezas existiam acumuladas, e que mais se podiam aproveitar no engrandecimento da Cristandade.

Este sonho não abandonou mais o Infante, e, com o tempo ia tomando maior realidade. Não vai ainda um ano corrido sobre a tomada de Ceuta, e já D. Henrique lança os fundamentos da sua tão famosa e celebrada vila de Sagres.

Fugiam-lhe os olhos para o Mar. A costa ocidental da África era só conhecida até ao *Cabo Não,* termo imposto pelo dito, que foi ao provérbio: « *Quem passar o cabo Não, ou tornará ou não* ». Para alêm ninguêm dizia ao certo a feição das gentes nem a côr da terra.

Desde o século VI que a legendária ilha de S. Brandão trazia inquieto o espírito dos homens mais curiosos das coisas do mar. Depois, pensava o Infante, também lá longe havia de haver reinos de cristãos. Mas se essa gente trouxesse ainda errada a fé no coração, e fosse daqueles mouros inimigos, que de cá tinham partido às lançadas, assim mesmo largassem as armadas contra eles, porque então se veria até onde seu poder chegava. Talvez o Senhor Deus lhe desse a ventura de encontrar um príncipe católico, que o ajudasse na nova cruzada. Devia ser lá ao fundo o celebrado reino

do Preste João, o mais cristão e o mais rico de todos os príncipes. Mas se andassem tecendo lendas no que lhe contavam, por suas mãos as queria desfiar, para aprender a verdade que elas encobrissem...

Desde muito novo o enlevaram as sciências positivas; as matemáticas tinham nele um adepto convicto e a astronomia um dedicado cultor. Andavam estas sciências tão intimamente ligadas com a arte náutica, que começou a inquietá-lo também o desejo de conhecer os mistérios do Atlântico. « *Para melhor gosar da vista e curso das estrellas,* conta Gaspar Fructuoso, o meigo autor das SAUDADES DA TERRA, *escolheu para sua habitação huma montanha no Cabo de S. Vicente.* » E então, diz Azurara, « *todos seus dias passou em grandissimo trabalho, ca per certo antre todallas naçõoes dos homẽes, nom se pode fallar dalguũ que mais gran-*

demente senhoreasse sy mesmo. Duvidoso serya de contar quantos pares de noutes, seus olhos nom conhecerom sono, e o corpo assi austinado que casi parecya que reformava outra natureza. Tanta era a continuaçom de seu trabalho e per aspera maneira... que as gentes do nosso regno trazyam em vocabullo que os grandes trabalhos deste principe quebrantavam as altezas dos montes. Que direy senon que as couzas que aos homeẽs parecyam empossivees, a sua continuada força as fazia parecer ligeiras ».

« *Causa e primeiro inventor de tanto bem* », saúda Ruy de Pina, beijando a mão do Infante. E João de Barros comenta: « *E posto que nos principios deste descubrimento houve grandes difficuldades, e foi mui murmurado, como atráz dissemos, teve tanta constancia, e fé na esperança, que lhe o seu espirito favorecido de Deos promettia, que nunca desistio deste descubrimento* ».

✠

Voltava a ser sagrado o promontório dos Antigos. Os deuses tinham morrido, mas no silêncio côncavo da noite o mar recordava, na sua voz de enganos, as falas misteriosas que com eles tivera, e alargava-se pela areia a semear tentações.

Os velhos póvos tinham já costeado todo o continente de África; vindos de Alexandria, passaram entre as colunas de Hércules, entraram no mar Erythreo, foram ancorar em Suez. De Marco Polo se contava que vira as terras de Salomão. E lembravam agora aquelas atrevidas navegações dos portuguêses, em tempo do Senhor Rei Dom Afonso IV, até às ilhas Fortunadas.

O infante D. Pedro, chegado de correr as sete partidas do mundo, deslumbrava-se ainda ao falar de Veneza, — cidade de maravilha onde vinham expôr-se as riquezas do Egipto e da Pérsia.

O peregrino Infante penetrára no interior da China, conhecera o Japão, e contava, entre o largo espanto dos que o ouviam, o estranho brilho da civilização desses países desconhecidos, onde iam buscar-se as pedras preciosas e as especiarias. E então abria diante dos olhos iluminados do irmão uma cópia do livro de Marco Polo, com que os Doges o presentearam.

O livro de Marco Polo era um tesouro resplandecente. Com avidez se debruçavam sôbre êle todos os que se interessavam no estudo das regiões longínquas.

Já o oiro do Oriente escaldava as imaginações e punha febres no sangue. E as ondas do mar, partindo contra os cacho-

pos das praias de Sagres, cobriam a noite de sonhos e feitiços. Não dormia o Infante, embalado no murmúrio lento da água. A sua vida era uma vigília de esperança.

O *Cabo Não* está já dobrado, mas os marinheiros veem aflictos, porque para lá tinham descoberto um outro cabo, e êste agora mais invencível ainda e temeroso do que o primeiro. E diziam ao Infante, que os escutava atento, grave e triste, que para lá o mar era todo lôdo e fumo...

Iam tomar nova vida as lendas do *Mar Tenebroso.*

✠

É ainda obscura a prioridade da navegação atlântica. As colunas de Hércules aparecem mais recuadas no tempo do que a fábula helénica finge

supôr. Todos os povos antigos, os Fenícios e os Gregos, os Romanos e os Árabes, todos êles acreditaram na existência de terras dentro do *Mar Tenebroso*. Era lá o Eliseu, a morada da Fortuna.

Oliveira Martins aceitou a lenda árabe e relata-a com persuasão. Eu cuido que Oliveira Martins se perdeu no caminho, ao encontrar, na tradição árabe, o estímulo que D. Henrique recebeu para as suas navegações.

A lenda que Oliveira Martins supõe árabe, é muito mais antiga: é grega. Em Herodoto se encontra contada com todos os enfeites poéticos do helenismo.

Kustzmann, em uma memória coroada pela faculdade de Filosofia de Gottingue, explica o nome de *Mar Tenebroso* pela tradição duma nuvem vista a oeste de Porto Santo, cerrada e negra, pousando sôbre o mar como uma asa. Ainda nas Instruções de D. Manuel se anuncia o

perigo dessas paragens fatais: « *se antes de terdes atravessado as Canarias vos ventar algum vendaval asy Rogo que non possais pairar e convenha tornar a esta costa* ».

O tenente Arlett, da marinha britânica, na exploração hidrográfica que, em 1834, fez a êste logar de terrores, diz que é impossível imaginar nada que tenha uma aparência mais sinistra.

Ao norte e ao sul do cabo, a uma grande distância, a água é tão esbraseada, que parece tingida de vermelho, e é tão espêssa, que a esteira dum navio fica visivel durante muito tempo, como o sulco dum arado.

As notícias que da geografia antiga chegaram até nós são vagas e incompletas. Uma das questões que mais tem sido disputadas é a de saber onde ficava a Atlântida, essa ilha encantada que Platão deixou prolixamente descrita, e que uma noite desapareceu sem sequer

deixar vestígios. Júpiter a castigára assim, porque de bela e santa que ao princípio fôra, agora estava orgulhosa, esquecida dos deuses, tal um corpo maligno espalhando a peste.

Durante a antiguidade e a idade-média os mais singulares devaneios se prenderam à Atlântida. E quem lê os versos de Homero e de Euripedes, a prosa augusta de Strabão e Plínio, sente viver ainda a suave magia da terra misteriosa, sorrindo ao sol a eterna primavera.

Onde teria sido a Atlântida?

A fábula vagabunda transporta êste nome para cem logares diversos. No fim do século XVII, o sueco Rudbeckio consagrava tres volumes in-folio para provar que a Atlântida dos antigos era a Suécia de hoje; Eurimio quer que fosse situada no Oriente; Baer, na Palestina; e D'Anville nega absolutamente que ela existisse em tempo algum.

Moureau de Jonnès, num muito curioso livro que excede em imaginação e arrojo tudo quanto antes se dissera de mais inverossímil, afirma que a Atlântida era uma pequena ilha, hoje submergida, que se levantava no golfo de Taman, entre os mares Negro e de Azoff.

Mas quem vive nos Açôres, e ao entardecer desce às praias e vê as rochas escarpadas sôbre o mar, que o sol poente faz de oiro, quer crêr ainda que a Atlântida fôra lá. Os Açôres seriam assim o resto de um continente desaparecido, que unia as ilhas britânicas e a Espanha, continente que teria existido, talvez, até à primeira parte do período quaternário, ou idade geológica actual.

Para Hamy, que Oliveira Martins acompanha, a Atlântida terciária é um facto. Se quizermos dividir a Península, pelo meridiano de Madrid, em duas partes quási eguais, Oliveira Martins observa

que se notará para o Oriente uma Espanha terciária lacustre, e para o Ocidente estender-se há, principalmente, um macisso de terrenos silúricos e graníticos. E não deixarei de lembrar agora que foi esta mesma circunstância que levou a geologia a reconhecer a necessidade da existência de uma Atlântida, na qual grandes rios terciários vinham, rumando a suéste, entrar pela Biscaia e formar os lagos de então, hoje bacias do Ebro, do Douro, do Esla, e o planalto central de Castela, origem do Tejo, do Guadiana e do Jucar.

Seria longo contar as jornadas da controvérsia da Atlântida. Direi apenas que às observações feitas em 1887 pelo ilustre engenheiro de Minas, Frederico Botella, que notava haver desde Aveiro até Aviléz, na costa das Astúrias, um cordão de terrenos primitivos que nunca estiveram submergidos em nenhuma classe de água, doce ou salgada, alguns anos depois

Eduardo Saavedra ia ao Ateneu de Madrid acrescentar que era de todo o ponto lícito crêr, com a máxima probabilidade, senão mesmo com certeza, que essa terra tivesse sido a Atlântida.

O problema da Atlântida reveste hoje um novo aspecto, e êsse quero eu dilimitar aqui. A poeira de oiro da lenda que o envolvia vai-se desfazendo em névoa, sumindo e apagando no ar, e é hoje alguma cousa mais do que uma pesada história de eruditos, ou um conto amavel de fadas e mouras encantadas. O meu querido camarada António Sardinha, à clara luz do génio Ocidental, que o aquece e ilumina, estudando O Valôr da Raça, mostrou-nos a todos como o Luso guardava a herança da terra submersa.

Para nós outros tem um particular sentido as conquistas da geologia hodierna que vai reconstituindo o trato marítimo correspondente à famigerada ilha desapa-

recida. Começa a compreender-se que o chamado *Mar do Sargaço,* que Cristovão Colombo e Pedro Alvares Cabral diziam ter atravessado, corroborando assim as narrativas clássicas de Herodoto e Platão, é o sinal claríssimo do cataclismo que teria sumido a Atlântida e tornára difícil a navegação dos Antigos. Seria lá a legendária ilha de oiro do nosso ciclo marítimo, de lá viria o Encoberto na manhã sagrada das profecias. É a *ilha empoada* do messianismo ocidental, a esperança abrindo à flôr das ondas.

A lenda do Desejado encontra agora a sua expressão verdadeira. Na hora apagada das incertezas e do quebrantamento, acorda a lembrança do primitivo berço perdido, o rei Arthur resuscita na ilha de Avalon, a Flandres espera a volta do Conde Baudouin, Portugal anseia que D. Sebastião termine o ano e o dia da promessa de Deus.

Durante toda a era das Navegações, a *ilha-não-achada* foi o pensamento constante dos marinheiros portuguêses. Como na alta idade-média, voltava a vaguear nas imaginações aquela fabulosa ilha errante de S. Brandão, — o terno santo irlandês que entre as brumas do pólo encontrára a Judas, o traidor. Segundo a lenda piedosa, Judas vinha ali cada ano, em dia de Natal, lá do inferno onde estava, para se refrescar no mar, em paga de um acto de caridade que praticára uma vez, abrigando a um leproso com a sua capa.

✠

O Mar, que nós devassámos primeiro que ninguêm, estava todo povoado de terrôres. De cada floco de espuma, que as ondas traziam a murchar

à praia, nascia uma lenda. Era como se o paganismo renascesse e outra vez as águas procelosas se tornassem a morada dos monstros antigos.

Entre essas curiosas narrativas, uma há que particularmente prendeu a imaginação dos homens do século xv. Nesse mesmo tempo um viajante alemão a ouviu dos marinheiros portuguêses, e a conservou e no-la transmitiu guardando sua primitiva ingenuidade e graça.

Teria sido numa época desconhecida que certo rei de Portugal fez construir três navios e os mandou correr uma viagem mais longa que nenhuma das que até ali se tinham empreendido. Tendo em cuidado que a memória dos homens é areia sôbre que o vento passa em torvelinho, ordenou o precavido Rei que cada navio levasse a bordo doze escreventes, para com minúcia contarem tudo quanto fosse visto de seus olhos. E porque a

viagem devia durar quatorze anos, áspero teria de ser o trabalho dos doze escreventes; mas el-Rei pensava que se Tito Livio não houvesse conservado as acções de Roma, ninguêm se lembraria delas. Assim a Fama despoja o Tempo das suas victórias!

Iam já há mais de dois anos sôbre as águas do mar, quando chegaram ao meio de certa região tenebrosa e poderam, finalmente, abordar a uma ilha desconhecida. Mal foram desembarcados, pozeram-se a correr pela terra. Não tardou que descobrissem magníficas habitações subterrâneas, todas cheias de prata e ouro.

Os terraços das casas estavam cobertos de flôres; fôlhas largas de vinha espalmavam-se pelas ramadas em espreguiçamentos amorosos, compondo no chão inquietas sombras de renda. No entanto, todos êstes regalos pareciam abandona-

dos; nenhum ser humano se descortinava por toda a ilha.

Reunidos em conselho, perguntavam os nossos navegantes o que conviria fazer a tantas riquezas, de que não se avistava dono. Nenhum ousava, porêm, colher em suas mãos uma pedra só daquele tesouro. E como, para tomar parecer, tivessem tornado a seus navios, o mar entrou a rolar diante dêles ondas formidaveis, altas como montanhas, que arrojavam as embarcações ao céu.

Levantou-se o vento, o sol escureceu, e o banzeiro arfar das vagas em aflictos soluços se mudou. Crispou-se o mar em roucos bramidos, — que achavam eco nos lastimados corações de quantos até ali navegaram, — e perdia-se depois pela areia, gemendo tristemente...

Um grande temor se apoderou de todos, não sabiam que fazer. Talvez valesse mais afastarem-se para o largo, pensavam

alguns. Mas que conta haveriam de dar ao rei que os mandára explorar desconhecidas terras?

Determinaram então entre si que dois navios se lançassem às ondas frementes e o outro os esperasse no proceloso ancoradouro. Porêm, se dentro de cinco dias não voltassem, era sinal certo de sua morte, e o navio, que em vão os esperára, devia abandonar essas paragens misteriosas e regressar a Portugal.

Mas os cinco dias lentamente passaram, e atrás dêles vieram outros, mais lentos ainda, sem que as naus estivessem de volta. E os que tinham ficado, decidiram então retomar o caminho de Portugal.

Ao entrarem no pôrto de Lisboa, os habitantes da cidade vieram a seu encontro, interrogando-os, curiosos, àcêrca do país donde eram originários. E por mais que respondessem serem êles os homens

que el-Rei enviára para explorar os mistérios do mar, ninguêm os reconhecia.

Por fim, alguêm lhes disse: — nós outros estavamos aqui quando el-Rei expediu êsses navios. Não mandou pessoas do vosso aspecto; tendes cabelos brancos, êles, pelo contrário, estavam na flôr da mocidade.

Envelhecera-os o trabalho do mar, nem parentes ou amigos podiam já reconhecê-los!

E nesta lenda, que ressuscito agora, eu vejo Portugal, que voltou do mar e ninguêm o conhece...

✠

A lenda do *Mar Tenebroso* ia-se assim avolumando na imaginação dos navegadores. De cada onda que vinha bater e quebrar-se contra a prôa das

caravelas, receavam os nossos marinheiros vêr surgir êsse pélago infernal onde todas as vidas se gastavam ou perdiam.

Ainda no fim do século xv, quando já os navios portuguêses corriam de velas sôltas por todo o mar, os marinheiros espanhóis das naus de Colombo, ao vêrem-se tão longe de terra, se lembraram dos pavores com que na infância, nas claras praias da Andaluzia, as viúvas dos náufragos os assustavam, e a Colombo imposeram o célebre prazo de três dias, findos os quais deixariam de proseguir a sua viagem para o desconhecido Ocidente.

Mas não eram só visões de morte que povoavam o oceano. Ao luar amoroso vinham as sereias cantar a toada da tentação, e as ondas floriam em jardins de quiméra. Tal é a ilha das Sete Cidades, de que António Galvão conta a mirífica história.

Uma nau portuguesa, que atravessava o estreito de Gibraltar, teria sido impelida para o Ocidente nas pandas asas dum violento tufão. Debalde procuraram os tripulantes mudar o pano das velas. O sol fulgurava sôbre as vagas, abria uma estrada de luz pela água fóra, e o navio voava direito a êle, como uma águia.

Ao cabo de longos dias o vento adormeceu na transparência do ar, e divisaram por fim uma ilha resplandecente, onde se erguiam as torres de ouro de sete cidades. Festivamente corriam à praia os moradores da ilha. Tudo eram perguntas: — donde vinham? que roteiro levavam? quem eram?

Deram os nossos razão de sua viagem, e acabando de a ouvir, ansiosamente os moradores da ilha indagaram se ainda estavam os mouros na Espanha. Estranharam os portuguêses a tardia pergunta, e então vieram a saber que aqueles homens eram

os que tinham fugido da Península, quando o rei Rodrigo fôra derrotado nos campos de Guadalete. E era coisa de maravilha ouvir como falavam bem o português! Tão estranha maravilha, que até também eu me espanto agora, ao ter de a relatar, porque no tempo em que essas gentes diziam ter saído da Pátria, nem sequer nascida era ainda a doce língua que falamos!

Mas o filho de Cristóvão Colombo teve sempre como certo que esta ilha fabulosa fôra povoada pelos portuguêses, quando a Espanha vestiu o luto branco das mesquitas árabes.

No pôrto de Santa Maria, ouvira seu pai um pobre náufrago contar que, no dia em que o rei Rodrigo foi vencido, sete bispos portuguêses se lançaram ao mar com sua gente; e tocando logo em terra, cada bispo edificou uma cidade. Veio aos Prelados o receio de que a solidão fizesse crescer as saudades do perdido lar, e

então, como se ordenassem uma festa, mandaram queimar os navios, as velas e os mastros, para que ninguêm mais ali pensasse em voltar agora à terra escravisada!

Martim Behaim de Nuremberg, chamado o precursor de Colombo, que andou embarcado no navio de Diogo Cão e foi um dos mais entendidos homens do seu tempo nas cousas da geografia, quando regressou à cidade natal, lembrado do que vira, com um pergaminho construiu um globo, — que foi o primeiro microcosmo de que fala a história, — e nêle desenhou os contornos dos países conhecidos, os modos das gentes e suas feições.

« Saiba-se, explicava, que êste globo representa as dimensões da terra, tanto em longitude como em latitude, medidas geométricamente segundo a Cosmografia Ptolomæi quanto a uma parte, e quanto ao resto segundo o cavaleiro Marco Polo

e o respeitável cavaleiro e doutor João de Mandeville. O ilustre D. João, rei de Portugal, mandou em 1485, visitar pelos seus navios todo o resto do globo para o sul, desconhecido de Ptolomeu: descoberta em que eu, autor dêste globo, tomei parte. Ao ocidente fica o mar chamado Oceano, onde se navegou até mais longe do que Ptolomeu julgava possível; alêm das colunas de Hércules até às ilhas dos Açôres encontram-se Faial e Pico, que são habitadas pelo nobre e piedoso cavaleiro de Hüter de Morchirchen, meu querido sogro, e por colonos saídos de Flandres. Nas regiões tenebrosas do norte, para alêm dos limites indicados por Ptolomeu, veem-se a Islandia e a Russia, hoje conhecidas, e para as quais todos os anos se dirigem navios, apesar dos homens serem tão ingénuos que julgam não se pode navegar por toda a parte, em razão da forma do globo. »

No microcosmo de Behaim, resumo completo dos conhecimentos da época, não figura ainda a América, e é no espaço que assim ficava em branco que, a 330° de longitude, êle marcou a Antilia, por baixo da qual escreveu: « Em 773, quando os africanos conquistaram a Espanha, a Antilia foi povoada por um arcebispo do Pôrto, acompanhado por mais seis prelados e muitos cristãos, que tinham fugido de Espanha com seus rebanhos e haveres ».

A crença nas ilhas misteriosas, perdidas nas solidões do Oceano, durou até muito tarde. Num livro cheio de interêsse, publicado em Lisboa no ano da graça de 1845 e intitulado MEMORIA HISTORICA SOBRE O ENTENTADO DESCOBRIMENTO DUMA SUPOSTA ILHA, são apontadas as várias expedições que partiram em busca desta nova terra da promissão. A última foi em 1770, e trouxe tal descrédito aos que

ainda conservavam a antiga fé, que o capitão general dos Açôres, D. Antão de Almada, proíbiu por um bando que nela se falasse mais. Não entretinha tanto o serviço das armas a D. Antão de Almada, que não lhe deixasse vagar para o amavel convívio das letras. E o seu bando trazia a lição do grande Doutor Santo Agostinho: *Melius est dubitare de occultis quam litigare de incertis.*

Na Biblioteca Nacional, existe uma curiosa relação de dois franciscanos, fr. António de Jesus e fr. Francisco dos Mártires, na qual, narrando a viagem que empreenderam em 1669, juram *in verbo sacerdotis* haverem sido lançados por um temporal na célebre ilha, aonde encontraram gente portuguesa, governada por um rei tambêm português e venerando ancião de mais de 130 anos!

O mito das ilhas misteriosas foi aproveitado para a lenda de D. Sebastião, o

Encoberto, — *maravilha fatal da nossa idade* —, e a relação dos dois frades é provavelmente um dos muitos papeis pertencentes a êste ciclo lendário.

A crença no Encoberto constitue a principal característica do génio ocidental que, dominado pela paixão de prender o Tempo, na ânsia de viver, deu à pedra, formando a ogiva, a exaltação das chamas.

É lá, na ilha desconhecida, que se vai procurar o astro de ouro que ilumine os lares apagados, quando a hora má se espalha num presagio de morte...

Sumida a Pátria no areal distante, não era o filtro da saudade que alheava as almas; era uma labareda de esperança que as abrasava!

O valôr dos mitos desenha-se agora nas linhas duras de Georges Sorel. Certo, Sorel não considera o *mito* senão relativamente à acção económica e material dos agrupamentos humanos. Mas nada

impede que se alargue o alcance da definição. Toda a vida se encontra suspensa na ansiosa adivinhação do futuro. Como seria estreito o mundo, se nêle não houvesse senão a razão agindo!

O sebastianismo não foi um sonho: cativo e abatido o reino, era a expressão da vontade da Raça, a Grei afirmando um desejo fundo de viver...

✠

O mito da ilha das Sete Cidades, ou de Antilia, onde os muros eram de ouro resplandecente e era de ouro a areia, prolongava-se assim para sempre. Ferdinand Dinis supõe que seria uma nova fórma da ilha de S. Brandão, e com Achille Juvinal julga-a de origem bretã, fazendo-a remontar ao século XII.

Pelo contrário, o visconde Hersart de Villemarqué, na sua muito curiosa LÉGENDE CÈLTIQUE, marca-lhe uma origem irlandêsa. Ter-lhe-iam desta forma dado nascimento as missões apostólicas empreendidas à volta de 560 por S. Brandão, o filho devoto do bardo irlandês. A imaginação popular, apoderando-se do tema primitivo, bordaria depois sôbre êle as mais miraculosas variações, que nos claustros, onde a velha poesia dos bardos se abrigára à sombra da Cruz, mudando a túnica dos velhos cantores pagãos no burel do monge católico, se transformaram numa verdadeira epopeia, a que Renan chama « uma das mais espantosas criações do espírito humano, e a expressão mais completa do ideal celta ».

Seria aí, onde as ondas do mar tinham o azul transparente das safiras, e onde não anoitecia nunca, a terra prometida aos santos, aquele canto do Paraíso que Cris-

tóvão Colombo sonhava, quando dizia: « Estou convencido de que é ali o paraíso terrestre, aonde ninguêm pode chegar senão pela vontade de Deus ».

O nosso Azurara não esqueceu também a ilha encantada, e nos tratados entre Portugal e Castela, quando a êste reino foram cedidas as Canárias, lá ia compreendida a ilha de S. Brandão, a não achada.

Muito a procuraram os espanhóis, mas nunca poderam dar com ela. O Doutor Don Juan Nuñez de la Peña, na sua História da Conquista e Antiguidades das Canárias, refere que, no ano de 1570, em sua demanda partiram três navios, que nenhum sinal de terra encontraram. Saíu depois, em 604, outra nau pilotada por Gaspar Perez da Acosta e pelo Padre Fr. Lorenzo Pinedo, insigne homem do Mar; porêm, como também êstes voltassem com os olhos tristes, correndo já a fieira de Setecentos, por ordem de Don

Juan de Mur y Aguirre, governador das Canárias, novos bateis partiram, iludidos e ansiosos...

Nos dias de luz clara, a ilha avistava-se perto das Canárias, mas logo a cobriam tão negras nuvens, que ficava estorvado o intento de arribar a ela.

Apesar de tudo, Don Juan de la Peña, crente nuns velhos papeis que vira em poder do Capitão Bartholomé Romàn, não duvidava da existência da sonhada ilha, e afirmava, convencido, que era tão certo ter sido vista, que até se podia dizer que o sol se escondia, à tarde, por uma das suas pontas...

Ainda tambêm no século XVII, o crédulo António Cordeiro conságra um capítulo da sua HISTÓRIA INSULANA « *às ilhas que estão por descobrir* », e entre elas lá aponta a ilha paradisíaca e misteriosa, onde o lusitano rei D. Sebastião espera a manhã de névoa, em que possa regressar ao Reino!

✠

Empregando as vivíssimas côres da Retórica e da Poesia, o geógrafo Edrisi pintou os perigos de toda a sorte que esperavam o audacioso nauta que se arriscasse a cortar as águas dêsse oceano desconhecido.

As trevas cobrem a superfície do mar; o sol e as estrelas desaparecem no céu plúmbeo e fundo; foge toda a luz; por toda a parte se estende a noite, a noite mais baça que possa conceber-se. As ondas elevam-se até às nuvens, rasgam covas na areia, e rolam umas sôbre as outras numa fúria desesperada, que torna inútil todo o desejo de as vencer. O vento uiva, azoado, à porfia com os lamentos roucos das vagas, e mete-se nos ouvidos

para não os abandonar mais. E ainda do meio dessas sombrias águas se erguem jactos de lume, dum vermelho tão abrasador que não ilumina, mas deslumbra e cega o navegante, e precipita a sua ruína.

Mas não são apenas os elementos desencadeados em desvairo, não abrandando nunca, que fecham a estrada da água aos homens de boa vontade. Cerrando as portas dêste oceano misterioso, estão ainda animais monstruosos, serpentes e dragões de fogo, que dos profundos abismos sáem a amedrontar e a afujentar os mais destemidos nautas.

Ibn Fatima conta que uma vêz, encontrando-se no mar alto, a noite envolveu o navio, levando-o sem velas e sem mastros por um caminho de engano. Ninguêm sabia dizer em que parte do mundo agora estava, e porque perdera a água funda e ficára prezo na areia, nem o navio sequer podia singrar mais.

Então desceram os marinheiros os bateis da nau, e entregando-se ao vento e ao gôsto da corrente, através da água coberta de plantas e sob o largo vôo branco das garças, foram dar às praias áureas de uma rutilante montanha, onde logo correu muita gente assustada, fazendo sinal de que se afastassem.

Não compreenderam os companheiros de Ibn Fatima o alarmado motivo da proibição e, contornando a montanha, encontraram o abrigo de um pôrto bonançoso, aonde iam já desembarcar contentes, quando veio um homem a seu encontro, entendido nas linguagens árabe e berbere, que quis saber como tinham perdido o caminho.

Contaram êles o que consigo passára e, por seu turno, perguntaram porque é que lhes tinham feito sinal de não se aproximarem da terra. E como um profeta da lei velha, levantando a voz e erguendo os

braços, o homem que viera juntar-se a êles informou que toda aquela montanha, scintilando ao longe como uma moeda pulida de ouro nôvo, era uma massa imensa de serpentes raivosas. Cuida o estrangeiro, seduzido por tanto brilho, que virá aqui achar sonhadas riquezas, e mal se aproxima, é devorado pelas serpentes!

E ao voltar agora, desfeito o sonho que os enfeitiçára, os matalotes de Ibn Fatima traziam uma cousa mais preciosa do que o ouro, ainda que anda menos estimada em todo o mundo: o desengano. Só na turbulenta fantasia cabiam as riquezas que sua imensa cubiça desejava. E o doce Horácio sorria, esquecido:

Quid non mortalia pectora cogis
Auri sacra fames?

Parai, loucos ambiciosos! Nos jardins do Templo corre o Dragão da Fábula: não furtará ninguêm o adorado Velocino resplandecente...

✠

Não era só a ignorância das verdadeiras noções da geografia que desajudava a gloriósa empresa a que metera hombros o Infante. Um terror profundo desviava do mar os mais animosos.

Albufeda ensinava que o mar era êrmo de habitantes, mas sob a acção do sol, que faz evaporar os átmos subtís de que a água se compõe, ficava o mar tão espêsso que o não podiam cortar as prôas dos navios. Mas logo Opiano dizia que há no mar mais peixes do que aves no céu, em ferocidade e força excedendo todos os animais da terra. E Plínio adianta que não só atravessam a água do mar peixes semelhantes a aves e bichos do chão, mas

outros há ainda, iguais a frutas e hortaliças, em côr e sabor.

Tudo o que se encontra na terra, existe no mar: agulhas, navalhas, uvas dormideiras, ortigas. Quem der ouvidos a Eliano e Aristóteles, dirá tambêm que andam no mar peixes parecidos às coisas do céu, nuvens e estrelas.

As Ninfas eram já então divindades fabulosas, mas às Sereias dava crédito o testemunho de Santo Ambrósio. E um velho frade humanista, douto e pio, procurando conciliar com as humanas as divinas letras, invocava o nome autorisado de Aquilas, que trasladára o salmo 43: « *Humiliasti nos in loco affictionis* », para « *Humiliasti nos in loco Sirenum* » !

Depois, com subtil saber, afirmava que em muitos logares da Escritura se trata das Sereias, e advertia que não as havendo não se tratára. Então recordava que no ano de 1403, no mar de Pumaran, na

Holanda, tendo-se levantado grande tempestade, ficou em terra uma sereia, nua e muda. Foi ela levada para Harlen e ali, tratada como dona e senhora, viveu alguns anos, aprendendo a comer pão, e leite, e a fiar como as outras mulheres. E o curioso e entretido frade, prégador em seu convento, na história mitológica buscando lição e explicação da natureza das coisas, acrescenta que esta sereia, tão caseira e mansa, ainda que deu mostras de algum culto divino, sempre permaneceu muda!

✠

A par dêstes sonhos febrís, encontram-se nas obras dos antigos cosmógrafos lendas graciosas, donde uma doirada névoa de perfume se levanta ainda.

É doutrina muito antiga na história das religiões que as almas não podiam entrar para a bem-aventurança sem atravessarem um rio ou um mar, que marcava o limite entre êste mundo e o do descanço eterno. Quanta aflição e angústia antes de chegar ao verde prado florido, onde as almas dos justos divagavam!

Ardua per præcepes gloria vadit iter,

soluça e canta a Musa de Ovídio, coroada de rosas...

O Elísio de Homéro é situado além do Oceano, no sítio onde o sol vai todas as noites repousar da faina do dia. A engenhosa imaginação dos gregos não se cançou a descrever essa abençoada estância, que os romanos depois encheram de novos encantos.

Por entre a sombra dos mirtos, a Vénus consagrada, o claro esplendor de cristali-

nas fontes, ao desafio com palreiras aves, por todo o doce vergel espalha a fertilidade da terra.

Os verdes loureiros triunfais tornam o ar suave. Todos os meses do ano, em loiros cachos, as vinhas se renovam. O tempo não muda. A Primavera e o Outono ficaram enleiados na curva do céu.

Violetas e rosas enchem o manso vento de fragância. E os mancebos, de mãos dadas com donzelas, cantando lêdos versos e canções, tecem com pés ligeiros a teia dos bailados . . .

A êste voluptuoso logar se recolhiam as almas daqueles que santamente viveram. Mas quem Virgílio primeiro encontrou gozando a delícia das socegadas sombras dos longos bosques olorosos, foram os que pela Pátria pelejaram e morreram, tendo o corpo todo aberto e florido em roxas feridas.

Não há maior glória do que morrer pela Pátria. Cícero não se contentava em trazer os heróis para o descanço e deleite dêste ameno retiro; punha-os ainda como deuses, entre os deuses.

Gustosa e suave morte, morte de bom agouro! É letra da Escritura o verso de Horácio:

Dulce & decorum est pro patria mori.

Só depois dos guerreiros, entravam nos Campos Elísios os tristes a quem a chama do amôr deixou em cinza o coração!

Hesíodo e Pindaro mudaram em ilhas êste logar tão cubiçado, e da transformação do mito original nasceu a ideia das ilhas afortunadas.

✠

Não teem conto as lendas tecidas à roda dêste sonho. É ainda o xerife Edrisi quem refere, com sua pomposa serenidade de erudito, que no Oceano existem duas ilhas que, em verdade, também eu acho preciosas. Uma é só habitada por mulheres; outra só por homens. Uma vêz por ano, na primavera, quando o ar anda cheio de perfumes dormentes, os homens vão em amorosa romagem à ilha das mulheres, e ali passam um mês, — um mês apenas! — para logo voltarem ao longo isolamento sem fim da sua ilha, à dôr da saudade viva da hora breve.

O sábio xerife não divulga particularidades do govêrno dessas ilhas, mas quem

há aí de tão dura alma e distraída vista, sofrendo a perdição em que os homens lançaram o mundo, que não faça às mulheres a justiça de acreditar que a ilha onde moravam sós seria modêlo de terna administração e doce governança?

Mas, ai! a ruindade de Semiramis não deixa adormecer o coração...

Estava tão enraízada a crença na existência destas ilhas admiráveis, que Cristóvão Colombo, na sua primeira viagem, julgou haver passado junto da ilha das mulheres, e, em lastimosas palavras, no seu diário, todo se carpia por não ter podido colher às mãos algumas destas insulares, para as levar, cándidamente, à rainha Isabel!

Também António Galvão acreditava que nos mares da África Oriental se pescavam uns peixes que, segundo sua recatada descrição, « *andavam em pé nas agoas, e tinham rostos e natureza de mulhe-*

res, com que os pescadores se desenfadavão quando os tomavão, e se os vendião davão-lhes juramento se dormião com ellas, e se o não fizerão então lhos compravão, e doutra maneira não lhes davão por elles nenhuma cousa ».

Os contos fantásticos dos antigos navegadores dominavam a imaginação de Colombo, que, no dizer do elogio clássico, era homem esperto, eloqùente e bom latino.

Todos os historiadores mostram Colombo enchendo de maravilhas as terras que queria descobrir. O conscencioso João de Barros retrata-o assim: « *homem fallador e glorioso em mostrar suas habilidades e maes fantastico e de imaginações cõ sua ilha Cypãgo que certo no que dizia* »; e Ruy de Pina conta que êle era « *de sua condiçam hu pouco alevantado, e no recontamento de suas cousas, excedia sempre os termos da verdade* ».

Por isso as palavras loucas, que dizia, encontraram orelhas moucas na côrte de Portugal.

O seu amigo Bernaldes assegura que Colombo lia muito Ptolomeu e João de Mandeville. Voltando duma viagem ao norte, Colombo, prezo ainda às fábulas de que andavam cheios os livros e sua cabeça enganada, afirmava com segurança ter estado na ilha de Thule, onde Séneca e Plínio punham o fim do mundo!

Em Portugal, aprendeu Colombo a navegar tomando a altura do sol, e em Portugal, sob indicações portuguesas, concebeu o projecto que circundou seu nome com um eterno clarão de glória. É assim que Las Casas, seu contemporâneo e amigo, escreve na HISTÓRIA DE LAS ÍNDIAS: « *á inquerir tambien la pratica y experiencia de las navigaciones y caminos que por la mar haciam los Portuguezes á la mina del Oro y costa de Guinea, tomó el acordo de ver*

por experiencia lo que entonces del mundo por la parte de la Ethiopia se andaba e praticaba por la mar y assi navigó algumas veces aquel camino en compania de los Portuguezes como persona ya vecina y quasi natural de Portugal ».

✠

Um outro árabe do século xv, cujo manuscrito foi examinado pelo Visconde de Santarêm, diz que no Oceano Atlântico existe a ilha de Salomão, aonde em sumptuoso jazigo descançam os restos mortais dêste sapientíssimo rei. Elevam-se ali três estátuas: a primeira é amarela, e acena aos nautas que se afastem; a segunda é verde, e seu gesto parece interrogar; a terceira é negra, e tem o braço estendido na acção de advertir.

Mas emquanto estas figuras indicavam que para diante não havia caminho navegável, os marinheiros portuguêses encontravam na ilha do Corvo uma outra estátua, e esta erguendo as mãos para o ocidente, no gesto de quem mostra que um mundo misterioso se ocultava ainda para além das vagas em que o sol caía ensanguentado!

Damião de Goes, na sua celebrada CHRONICA DE D. JOÃO II EMQUANTO PRINCIPE, descreve-a assim, no cume de uma serra da ilha do Corvo, povoadora única da amplidão do Oceano, guarda misteriosa de um mundo ainda ignorado: é « *uma estatua de pedra posta sobre uma lagea, que era um homem em cima d'um cavallo em osso, e o homem vestido duma capa como bedem, sem barrete, com uma mão na coma do cavallo, e o braço direito estendido, e os dedos da mão encolhidos, salvo o dedo segundo, a que os latinos*

chamam index, com que apontava para o poente ».

É ainda o motivo da Esperança, o mais vivo sentido da grei lusitana, criando uma tradição oposta à dos árabes.

As outras estátuas mandavam parar, lançavam véus misteriosos sôbre as águas, indicavam o têrmo das navegações possíveis. A figura levantada pela imaginação portuguesa fantasiava, para além das ondas, um mundo novo!

✠

De todas as fábulas e tradições primitivas, a que teve maior importância e por mais tempo persistiu com um certo valor scientífico, foi a história dos Maghurinos.

Anda contada pelos geógrafos antigos a aventura dêstes oito mancebos, que atrevendo-se a entrar no mar misterioso, se encontraram navegando sôbre águas muito espêssas e que exalavam um cheiro fétido. A luz do sol ia sempre minguando diante dêles, e só a custo podiam já evitar os altos recifes que por todos os lados lhes embargavam o caminho. Finalmente aportaram a uma ilha, aonde homens altíssimos, de cabelo crêspo e ruivo, os aprisionaram e vendaram os olhos, até que outra vez os embarcaram, sem que lhes tivesse sido concedido examinar as maravilhas dêsses logares.

Por isso lhes chamaram os Maghurinos, que é como quem diz em nossa língua, *os que foram enganados*. Êstes oito moços teriam partido de Lisboa pouco depois do ano mil, e dêles, por muito tempo, a cidade conservára memória, havendo uma rua que lhes guardava o nome. Não tives-

sem êles sido enganados, e a Madeira estaria descoberta e conhecida muito antes de Ana d'Arfet nela ter achado a morte, quando encontrou o amôr...

✠

Entre os viajantes árabes que assim encheram céu e terra de prodígios, merece especial lembrança o Scheik Ibn Batuta. Partira êle um dia pelo mundo fóra, em piedosa romaria, a vêr até onde a Lua do Proféta alumiava as almas. Depois de ajoelhar em Meca e honrar em Gaza os túmulos dos Patriarcas, foi levado, sem rumo, à feição do vento, até um santo logar, onde ainda encontrou e venerou vestígios de Adão e Eva!

Não tiveram têrmo os milagres da sua peregrinação. Ao chegar ao golfo Pérsico

viu uma cabeça de peixe com as dimensões dum monte, cujos olhos eram como duas portas: — entrava-se por uma, saía-se por outra. Logo a seguir chegou ao país das Cinco Montanhas, e aí viu passar diante dêle uma cidade inteira, deixando as casas atrás de si longos penachos de fumo, como os vapores de hoje e as locomotivas dos nossos caminhos de ferro. Por fim, em jornada para a China, turvado de espanto, encontrou os *ioghis,* um povo que vivia sem comer e matava com o olhar!

Outro velho geógrafo árabe conta que há uma ilha, no meio do mar, aonde os homens teem o aspecto de mulheres. E porque, seguramente, era velho em anos e olhava já sem regalo para os feiticeiros encantos femininos, que no deserto foram a maior dôr de Santo Antão, acrescenta que êsses homens, em seu entender tão parecidos com mulheres, tinham os dentes

saídos da boca, os olhos chamejantes e as pernas formadas como se fossem de madeira requeimada!

✠

Logo no princípio da sua Chrónica, ainda Azurara fala das gentes que habitavam para alêm das fronteiras do mar conhecido. Despertavam as ficções maravilhosas de Eschylo, já agora que o mundo antigo renascia.

Essas ilhas misteriosas, com que a imaginação dos povos da Idade Média enchia o Oceano, não erão senão as relíquias perdidas dos Elísios sonhados por Homéro. Êsses povos estranhos, que os nossos navegantes esperavam a cada passo encontrar, e que, fugindo diante

da sua audácia, iam sempre escolher nova residência nas regiões inexploradas, não eram também senão os descendentes dos Cimerianos, que Ulisses, no dizer de Homéro, encontrou junto à entrada do Oceano, vivendo entre espêssas trevas.

Para além do estreito, nos campos de Cysthina, moravam as três filhas de Thorcys, — velhas com rosto de cisne, todas três apenas com um olho e um dente só, de que se aproveitavam à vez, passando-o emprestado de uma para outra —, e, nas ilhas Dovadas, no mar Atlântico Etiópico, perto do promontório Hesperianceras, que agora se chama Cabo Verde, assentavam Plínio e Pomponio Mela o reino das Gorgonas.

Seus cabelos eram ao princípio mais fulvos do que o ouro de Tybar; e vendo-se assim, tão cheias ficaram de vaidosa soberba, que a deusa Palas as castigou, espalhando velhice e fealdade pelos seus

rostos e convertendo em viboras venenosas as presumidas tranças.

Era tão penetrante e irado seu olhar, que quem as visse, logo ficava transformado em pedra. Conta Santo Agostinho que um moço Cartaginês aportára à ilha das Gorgonas, e encontrando-a toda povoada de mulheres, cujos corpos eram ásperos e luzidios, esfolou duas delas e, como cousa prodigiosa, para Cartago trouxe as ressequidas peles, pendurando-as à maneira dum voto no Templo de Juno, onde estiveram até à destruição da cidade.

Diodoro Siculo diz que as Gorgonas foram umas belicosíssimas mulheres da Libia que, em força e valentia, sobrepujavam os homens; mas o grego Perseo, com arteiro engano, achou maneira de as vencer um dia. E levando pelos desertos de África a cabeça de Medusa a gotejar o peçonhento sangue, de cada gota que caía ao chão logo nasciam irosas ser-

pentes, que nunca mais deixáram êsses sonolentos areais escravos.

Virgílio deu-lhes logar entre os monstros, no fundo do Inferno. E Santo Isidoro, partida a ara onde trinta mil deuses tinham culto, encontrou o humano sentido da Fábula. As Gorgonas teriam sido três famosas rameiras, de tão perfeita e singular formosura, que todos os que as olhavam ficavam assombrados de vêr tanta beleza, e se pareciam de pedra, era do pasmo que os tomava!

Depois, para lá, ficavam ainda os Arimaspos, — que andavam sempre a cavalo e tinham um só olho na testa; os Hyperboreos, povo afortunado, gosando larga vida sob as bençãos do céu; os Essedones, que tomavam em riso o que para nós é pranto.

Não havia entre êles festa maior do que as exéquias de seus defuntos. Para rir é a morte, a vida para chorar. A vida,

com tantos trabalhos que se padecem, é uma morte continuada; e a morte é vida repousada, porque de sofrimentos põe a alma livre. Por isso os Essedones, pensando assim, com tanta alegria celebravam o entêrro dos seus defuntos.

✠

A Terra era considerada então o centro do universo; para a iluminar de dia, espalha-se o Sol pela concha do céu, e para abrandar as trevas cerradas da noite, fulgura a luz incerta das estrelas.

Continuando as teorias de Homéro, dizia-se que a parte habitada da terra era rodeada pelo mar, e para alêm, muito alêm, os campos Elísios dos velhos poetas pagãos davam agora entrada para o paraíso terreal.

Em França, no reinado de Carlos V, atrás da douta opinião de Mandeville, um cosmógrafo de fama, desenhando o mapa-múndi, punha esta legenda no extremo da terra conhecida: *hic est Paradisus.*

Quando o mar bravo ameaçou a nau de Lançarote e êle perguntou aos marinheiros que o rodeavam se algum queria seguí-lo, logo Álvaro de Freitas, sentindo acordar no coração a primitiva crença, exclamou, ardido e confiado: — « Eu não sou homem que me separe de tal companhia; vamos onde vos aprouver e, se desejais, até ao paraíso terrestre ».

Era de tão certa sciência êste logar de paz e deleite nas adormecidas regiões que para alêm se escondiam, que, cinqùenta anos mais tarde, ainda Cristóvão Colombo acreditava que as águas do Orenoco podiam levá-lo à imortal morada. E Camões, desfeitos os mêdos que no

undoso mar prendiam as naus, ia deixar Vasco da Gama à ilha dos Amôres, entre os mirtos e loureiros amados dos deuses no exílio.

A ilha dos Amôres não é Zanzibar ou Anjediva, como o bispo Osorio queria. Fechada nas linhas clássicas da paisagem grega, a ilha dos Amôres era o paraíso oculto no meio do mar, onde Camões levava agora os marinheiros portuguêses, como se só no mar houvesse prémio para êles!

O sebastianismo de Camões ligava assim à Ilha dos Amôres a tradição ocidental das ilhas fortunadas.

✠

A imaginação de cada povo dava à terra uma forma diferente: se para uns era cúbica, outros a cuidavam um

disco, uma barca ou um cilindro. Por baixo dela ficava o reino dos mortos, à roda do qual bramia um oceano impossível de transpôr; por cima, curvava-se uma sólida abóbada, aonde se prendia o lume das estrelas. Dois grandes rios dividem o mundo, e o Atlas, em pé sôbre o seu rochedo, sustenta aos hombros todo o pezo dos céus!

Herodoto, o primeiro geógrafo da antiguidade, afirma que a terra é plana, indefinidamente prolongada pelos quatro lados, sendo impossível conhecer-lhe os limites. E diz, orgulhoso do alto fumo da sua sciência, que não póde deixar de rir dos que, pretendendo descrever o contorno da terra, sem dêle terem noção racional, supõem que o Oceano a envolve inteiramente e que ela é redonda como se tivesse sido feita a torno!

Muito lentamente vai a sciência geográfica desfazendo esta complicada teia,

em que as superstições se enredam na fábula. Ainda no tempo de Dante se cuidava Jerusalêm o centro do mundo, e quando se aproximou a hora de Sagres, todas as fábulas antigas andavam repetidas e comentadas, e o célebre cardeal Pedro d'Ailly podia afirmar, numa completa ignorância das dimensões e da forma do continente africano, que era jornada de poucos dias a peregrinação, por terra, da Espanha às Índias. E, no entretanto, faltavam só trinta anos para que Gil Eanes dobrasse o cabo Bojador!

Também a êle o medo o tomou, quando ouviu as ondas batendo fragorosamente contra o promontório.

Mas na fé do seu coração ganhou esfôrço e, como conta o Cronista, « *determina em sua voontade nom tornar ante a presença de seu senhor, sem certo recado daquello pera que o envyara* ». E foi, e venceu. « *Menos preçando todo perigoo*

dobrou o cabo a allem, onde achou as cousas muyto pello contrario do que elle e os outros ataaly presumyam ».

✠

Estava descoberto o segrêdo e arrancado, finalmente, o obscuro véu que por tantos séculos havia escondido a terra sonhada, antevista, desejada. E Gil Eanes, ao voltar a Sagres, em sinal das terras de alêm não serem estéreis, como as gentes diziam, entregava ao Infante um ramo de flores, iguais às que no reino se chamavam rosas de Santa Maria. E o Cronista conta, na simplicidade ingénua da sua prosa, florida tambêm, que o Infante as « *cheirava, e tanto se gloriava de as vêr, como se fôra algum fructo e mostra da terra da promissão* ».

Era o milagre das rosas da Rainha Santa revivendo, as flores tornadas ouro. Como o ramo colhido por Eneas abriu ao herói de Virgílio a entrada dos Elísios, as rosas de Santa Maria abriam aos portuguêses o paraíso da Índia.

As estátuas encantadas da lenda árabe, juntando-se para um último esfôrço, erguiam-se agora no cabo Tormentório, e o Adamastor, envolto em tempestades, aparecia diante das caravelas de Bartolomeu Dias, para declamar a profecia dos naufrágios.

O Adamastor é a mais alta criação da epopeia moderna; não é uma alegoria, é um mito. Se é certo que a corrente erudita da Renascença dominou Camões, não conseguiu porêm apagar as feições características do Poeta que, na opinião de Pinheiro Chagas, resume em si só um *Romanceiro*.

Sempre a imagem do mar prendeu e seduziu a alma dos poetas. Nos grandes

versos de Homéro, ouve-se o sonido do mar como num búzio; a palavra de Lucrécio ganha a côr das ondas: torna-se glauca, verde, azul, lilás, cobre-se de ouro e espuma; o murmúrio das praias alonga-se como numa gruta, ao encher as rimas de Virgílio; mas ninguêm sentiu melhor o mar do que Camões.

Os Lusíadas são o poema do Mar, e Camões, por mais que os modêlos antigos o distraíssem, é essencialmente o poeta marinheiro.

Escutai: dentro daquela oitava brame e bate o mar como um temporal desfeito nas enxárcias das mastreações. Nuvens grossas envolvem o céu. O vento açouta as ondas. Com o balanço da nau, a marinhagem é arremessada dum bordo para outro bordo. Já a água rebenta pelas escotilhas. Em chusma, aos gritos, pasmados de mêdo, os tristes naufragantes nem ousam pôr mão em leme, vela ou

corda. E a nau, abatidas as vêrgas, as árvores sêcas, os mastareos calados, vai colhida das ondas, balouçada à tôa...

Mas já o turbado mar se abranda e enfreia. Tornam-se as nuvens raras e leves. Parece que o céu se levanta da água. De tão varrido que ficou agora, é de cristal o azul. Branda e galerna viração encrespa docemente o mar cançado. Orça! Orça! Maream as escotas e as antenas, içam as velas os marujos, toma o pilôto mando do leme. E a nau caminha, batida do sol, segura e triunfante...

Camões é o maior poeta do Mar, mas só em Portugal podia ter descoberto o segrêdo do seu poema.

O episódio do Adamastor basta para demonstrar a dupla corrente que actuava no génio de Camões: a da inspiração popular e essencialmente nacional, que faz com que os Lusíadas semelhem mais

uma fôlha perdida do *Romanceiro* do que da *Eneida,* e a inspiração clássica e erudita, que levava o Poeta a querer compor epopeia culta, pautando-a pelos modêlos consagrados e pelas regras convencionais do género.

Nas páginas serenas e fortes do SENTIDO DO HUMANISMO, Hippolyto Raposo definiu nobremente a contradição em que Camões se debateu, levado, pela paixão clássica, a esconder tantas vezes os tons e os modos da genuína poesia da nossa terra nas ficções literárias dos poetas latinos. E acode-me a observação justíssima de Mithouard: « *il est bien inutile de vouloir se relier même à la plus haut tradition du monde ancien, si l'on ne possède en outre le secret de rester en même temps fidèle à celle de son pays* ».

Os LUSÍADAS são juntamente o poema de um erudito e o cântico de um soldado. Se por um lado se prendem com

a *Eneida* de Virgílio, por outro sente-se que andam a par da *Chanson de Roland* ou do *Poema do Cid.*

El tesoro del Luso, chamava Cervantes ao poema de Camões.

Camões resume em si todas as feições proeminentes da sociedade portuguesa, no período em que ela mais se elevou sôbre todas as outras sociedades, impulsionada pelas tendências características da época. Mas se na alma de Camões resplandece por vezes o fogo da conquista que abrasou Albuquerque, muitas outras a envolve a candura antiga de Nunalvares e a ternura amaviosa de Bernardim.

Dizia o grande naturalista alemão Alexandre de Humboldt que, através de todo o Poema, respira-se como que um aroma de flores da Índia; e, tocado do filtro mortal que essas flores guardavam, passa o espírito aventuroso dos descobrimentos marítimos, e vibra e palpita o génio ousado

dos velhos portuguêses do século XVI, tão depressa armados para as refregas do combate, como rendidos duma brandura amorosa.

Camões, na vida de Portugal, é como a estátua de Apolo sôbre as águas de Rhodes. Os Lusíadas são a poesia da nação enfeichada num livro. Nêsse livro vive a história e vivem as aspirações duma raça; há ali tudo o que foi e tudo o que é: o passado com suas glórias, o presente com suas magoadas tristezas. Por isso, quando na Índia já só existiam as grandes recordações, e Columbo, cercada, ía render-se, na brecha das muralhas os soldados cantavam as oitavas dos Lusíadas!

✠

Tais são, meus senhores, algumas das lendas mais interessantes que as crónicas da Idade Média relatam; tais eram os sônhos que, como um pesadêlo, afligiam o mundo; tais eram os receios e as promessas que ora afastavam, ora chamavam os mareantes portuguêses.

Fomos nós quem dissipou todas essas lendas, — as trevas e as montanhas reluzentes, — mostrando ao mundo a realidade, a terra na plenitude da luz.

Nas colunas levantadas por Alexandre, sôbre as quais se gravára a inscrição: *Não se passa alêm,* lia-se agora: *Ide mais alêm.* Eram as portas de ouro da Esperança abrindo-se a audácia perseverante dos navegadôres portuguêses!

Mas não se esqueça ainda que os meios de acção, de que o marinheiro então dispunha, eram insuficientíssimos. A bússola quási não era empregada; só depois dos primeiros descobrimentos é que na verdade ela começou a ter valor, a ponto do italiano Azuni afirmar que na escola de Sagres é que foram determinadas as leis e os princípios, segundo os quais êsse instrumento poderia ser empregado.

As cartas marítimas eram tão rudimentares, que o rei Afonso V, no célebre diploma de 1446, proíbe navegar sem licença do Infante, « *porque antee entom nom hauja nenguẽ na christindade que dello soubesse parte, nem sabião se auja alla povoaçom, nem direitamente nas cartas de marear nem mappa mundo nom estavam debuxadas senom aprazer dos homẽs que as fazião des o dito cabo Bojador per diante* ».

O ilustre Visconde de Santarêm examinou, na Bibliotéca de Paris, uma coleção

de portulanos portuguêses do princípio do século XVI, onde se encontram indicações e observações astronómicas dum carácter tão acentuadamente positivo, em tão perfeita oposição com a astrologia medieval, que êles bastam para demonstrar o subido grau a que chegaram os conhecimentos cosmográficos em Portugal.

Os mapas são a melhor história da geografia, porque, até à Idade Média, quási toda a geografia está nos mapas. Basta olhar os portulanos anteriores aos descobrimentos portuguêses e compará-los com os que foram pôsteriormente desenhados, para vêr a imensa revolução scientífica operada. Todos os historiadores, todos os geógrafos antigos, repetidas vezes mostraram que nenhum conhecimento tinham nem do prolongamento e verdadeiro contorno da África, nem das costas ocidentais e meridionais dêste vasto continente, para alêm do cabo Bojador.

Durante dez séculos, todos êles tiveram por certo que as zonas intertropicais, e principalmente a tórrida, eram inhabitadas. João de Mandeville, cuja fama então enchia o mundo, julgava até que no mar da Etiópia não havia peixes, por causa do calor. O sol, aquecendo a água, não os deixaria viver, — pensava Mandeville, lembrando talvez o verso do Poeta:

Semper sole rubens, et torrida semper ab igne.

Só com os descobrimentos dos portuguêses os cosmógrafos da Europa vieram a saber seguramente que esta parte do mundo era povoada. O grande Pedro Nunes bem podia escrever com verdade:

« Nam ha duuida que as nauegações deste reyno de cem ãnos a esta parte: sam mayores: mais marauilhosas: de mais altas & mais discretas conjeyturas: que as de nehũa outra gente do mundo. Os portuguêses ousaram cometer o grande

mar Oceano. Entrarã por elle sem nenhũ receo. Descobriram nouas Ilhas; nouas terras; nouos mares; nouos pouos; & o q̃ mays he: nouo ceo: nouas estrellas... Ora manifesto he que estes descubrimentos de costas: Ylhas: & terras firmes; nam se fezeram indo a acertar: mas partiam os nossos mareantes muy ensinados & prouidos de estormentos & regras de astrologia & geometria: que sam cousas de que os Cosmographos ham dãdar apercebidos: segũdo diz Ptolomeu no primeiro liuro da sua Geografia. Leuauã cartas muy particularmente rumadas: & nam ja as de que os antigos vsauam: que nam tinham mais figurados que dose ventos & nauegauam sem agulha ».

E por sua vez, Garcia da Orta afirmava nos Coloquios « que se sabe mais em hũ dia aguora pellos Portuguezes do que se sabia em cem annos pellos Romanos ».

Não era já a navegação costeira que empreendiam os nossos marinheiros; tendo achado o uso náutico do astrolábio,

« *Inuençam de sutil juiẓo & sabio* »,

fixado as variações da bússola, estudado o uso e as relações da agulha magnética, as táboas de declinação e o curso das estrelas, era por entre brenhas de ondas, no alto mar, que buscavam uma maior luz de glória para Portugal.

Ia-lhes o céu marcando o caminho. Ao sul do equador a vista perdia a estrela polar; mas um novo lume logo resplandece, traçando sôbre as naus a benção duma cruz. E às estrelas, que assim alumiavam, piedoso baptismo lhes deram na branda claridade da noite, e desde então, para todo o sempre, ficaram chamadas *Cruẓeiro do Sul.*

O douto professor da Universidade de Coimbra, meu ilustre comprovinciano e

amigo, sr. Doutor L. Pereira da Silva, nêsse livro magistral que é a sua ASTRONOMIA DOS LUSÍADAS, — um dos mais belos monumentos erguidos à memória altíssima de Camões, — provou, documentadamente, a origem portuguesa do *Cruzeiro,* mostrando assim que os nossos marinheiros não só descobriram novas terras e novos mares, mas deixaram tambêm na esféra celeste o claro sinal da sua glória.

Se a deslealdade dos cartógrafos estrangeiros não tivesse apagado muitas vezes os nomes impostos pelos descobridores, a nomenclatura geográfica da costa africana seria exclusivamente um vocabulário português. Razão tinha o sábio autor do TRATADO EM DEFENSAM DA CARTA DE MAREAR para não conter a pena até deixar escrito que os nossos navegadores « fizerão o mar tão chão, que não ha hoje quem ouse dizer que achasse novamente alguma pequena Ilha, algũs baixos, ou

sequer algũ penedo que por nossas navegações nam seja descuberto ».

A conquista do Mar, empreendida nestas condições, foi um feito tão assombroso, que de todo o tempo se tem levantado quem pretenda disputar-nos a nossa incontestável prioridade. Não cabe nos limites desta leitura narrar a história dessas controvérsias, nem as respostas victoriosas que, da nossa parte, temos oposto a tão injustas reclamações. O incansável polígrafo e grande patriota que foi o Visconde de Santarêm, examinou detidamente a questão numa das suas mais eruditas e valiosas obras. E o trabalho de um estranjeiro, Ricardo Henrique Major, tão glorioso para nós, como importante para a história em geral, é a mais completa reivindicação do que só a má fé nos podia contestar.

✠

Eu sei, meus senhores, que por naturais e estranhos, os portuguêses somos largamente acusados de nos entretermos demais com as recordações do doirado passado das nossas velhas glórias. E a ironia torna-se dolorosa quando se põe em paralelo o orgulho com que se apregoam os feitos heróicos dos Avós, e a nossa inércia e tristeza de hoje.

Não nego, por certo, a existência dessa vaidade patriótica — que, de resto, não é privativa do nosso país, — mas não serei também eu quem acompanhe os demolidores numa zombaria fácil e não procure tirar o alto ensinamento que sempre se colhe na recordação dos feitos heróicos.

A hipocrisia do humanitarismo, espalhando-se pelo mundo, sacudida nos guisos de prata das rimas de Victor Hugo, — M. Homais em Pathmos, na figura grotesca de Lemaître, — criou êsse doentío estado de espírito, que permitiu o amesquinhamento sistemático da salutar tradição das glórias guerreiras.

Foi ainda o culto do indivíduo, — o grande culto da Revolução, — que originou a doutrina pacifista. Ela não vê na Pátria uma personalidade superior que se perpetúa através dos séculos, e cujos interêsses dum futuro de grandeza podem mesmo opôr-se aos do fugitivo momento em que vivêmos.

Para os pacifistas, as nações não são mais do que uma aglomeração de indivíduos, que produzem, consomem e trocam riquezas; a glória militar é uma falsa glória, a honra duma nação é uma quiméra...

A guerra actual apressou-se a desfazer êsses idealismos, que enfraqueciam e levavam à morte as nações latinas, e a ensinar como só valem os povos que incendeiam o seu coração no amôr do dever, do heroísmo e do sacrifício.

Como uma vaga imensa, o espírito militar desdobra-se e espraia-se sôbre o desfeito ideal pacifista. Guerra sublime e terrivel! O mundo inteiro está em chamas, mas é sagrado o fogo em que arde porque, abrasando, purifica. A invasão alemã retemperou a alma francesa, e o génio guerreiro acordou o sentimento religioso.

Na vigília da batalha, o neto de Renan compunha as páginas admiraveis de L'APPEL DES ARMES, — apologia ardente do Exército e da Igreja, em toda a pureza e rigor da sua noção. E quando o primeiro luar da vitória se erguia sôbre o Marne e no mundo latino voltava a

acender-se a antiga luz, frente ao inimigo, apertando contra o peito a cruz da espada, ao caír morto, Péguy rezava a letra pasmosa dum novo e glorioso *Magnificat:*

« Heureux ceux qui sont morts pour la terre charnelle,
Mais pourvu que ce fût dans une juste guerre ;
Heureux ceux qui sont morts pour quatre coins de terre,
Heureux ceux qui sont morts d'une mort solennelle.
Heureux ceux qui sont morts dans les grandes batailles,
Couchés dessus le sol à la face de Dieu ;
Heureux ceux qui sont morts sur un dernier haut lieu
Parmi tout l'appareil des grandes funérailles.
Heureux ceux qui sont morts pour les cités charnelles,
Car elles sont le corps de la cité de Dieu ;
Heureux ceux qui sont morts pour leur âtre et leur feu
Et les pauvres honneurs des maisons paternelles.
Heureux ceux qui sont morts, car ils sont retournés
Dans la première argile et la première terre ;
Heureux ceux qui sont morts dans une juste guerre ;
Heureux les épis mûrs et les blés moissonnés ! »

Ah ! meus senhores, parece-me que agora compreendo melhor as palavras de Bossuet na oração fúnebre do príncipe de

Condé: « E' Deus que faz os guerreiros e os conquistadores ».

Coberta a face de sombra, a alma dos heróis resplandece.

Enche-se de fogo a palavra de Wiliam Jammes para dizer que no heroísmo se encontra oculto o segrêdo da vida. Pela flama de glória que dos corações se alevanta, há derrotas que valem quási tanto como um triunfo. « *Les batailles amères laissent le champ libre au travail sain* », escrevia Péguy.

Um povo livre não pode aspirar à paz, mas sim à vitória, proclamava Guizot. De mais, a guerra não é um mal para o género humano, como pretendia Voltaire; é antes sua mais segura ventura, porque sem êsse desejo de domínio e de força, que é a base do patriotismo, nada de belo e de grande se teria feito no mundo. É hoje uma verdade axiomática em sociologia, que foi a guerra que fez a civilização.

Suponham V.V. Ex.as realizado o sistêma concebido pelos pacifistas: seriam para todo o sempre duradoiras as injustiças e as tiranias presentes, todas as tiranias e injustiças que viessem a dar-se. Era a Polónia escravisada eternamente; era Trento e Trieste, — complemento necessário e legítimo da unidade italiana, — terra irredenta sem remissão; era a Alsácia-Lorena na perpétua humilhação de vencida; era o Chefe augusto da Igreja mantido na situação humilde e vexatória — indigna do mundo cristão — de súbdito do rei de Itália.

Devemos aceitar a ideia da guerra, não com tristeza, mas com amôr. A guerra é bela, porque tem em si uma alta virtude moralisadora, porque é uma escola de sacrifício. Aceitêmo-la, não como um duro legado dos tempos bárbaros, mas como uma missão reparadora que, exaltando os sentimentos heróicos, aumenta a civilização.

Suprimidas que sejam as virtudes militares, toda a sociedade civil desabará ruidosamente, levando na derrocada o espírito de ordem, de sacrifício, de obediência, de dedicação, sôbre que assenta a vida dum estado normal. Qual seja o valôr destas virtudes, podem V.V. Ex.as, desgraçadamente, apreciá-lo melhor que ninguêm, nesta hora funda e negra, em que, às vezes, se cuida até ouvir vozes concertadas para o *De profundis* da nacionalidade...

✠

Há leis que são eternas, imutaveis. Não há que inventar dentro do seu âmbito, nada há que procurar, nenhumas experiências se tornam necessárias; mas há muito que recordar, porque deixamos esquecer muitas dessas verdades reve-

ladas. Le Play dizia que o progresso moral não era senão um melhor uso da verdade conhecida ; e juntava que o espírito de inovação é tão estéril na ordem moral, como é fecundo na ordem física.

A religião foi sempre o primeiro fundamento da sociedade. O scepticismo moderno não é justificado nem pela sciência, nem pela história, nem pela vida actual dos povos livres e prósperos. Taine, comparando o cristianismo a um grande par de asas indispensável à alma humana, escrevia: « *Toujours et partout, depuis dix-huit cents ans, sitôt que ces ailes défaillent ou qu'on les casse, les mœurs publiques et privées se dégradent. En Italie pendant la Renaissance, en Angleterre sous la Restauration, en France sous la Convention et le Directoire, on a vu l'homme se refaire païen comme au premier siècle. Du même coup il se retrouvait tel qu'aux temps d'Auguste et de Tibère, c'est-à-dire volu-*

ptueux et dur. Il abusait des autres et de lui-même. L'égoïsme brutal ou calculateur avait pris l'ascendant. La cruauté ou la sensualité s'étalaient. La société devenait un coupe-gorge ou un mauvais lieu... »

Não era outro o pensamento do filósofo admiravel da RÉFORME SOCIALE: « *L'étude méthodique des sociétés européennes m'a appris que le bonheur et la prospérité publics y sont en proportion de l'énergie et de la pureté des convictions religieuses* ».

A fé é um novo sentido, por onde se tornam evidentes as coisas invisíveis. Foi a exaltação religiosa do Infante que criou o pensamento da alta emprêsa das Navegações.

A guerra aos infieis tornou-se o seu primeiro desejo. O promontório era um rochedo bravo, era quási um navio metido na água. E o Infante passava as noites solitário no alto eirado, envolto

numa suave luz de estrelas, onde parecia ouvir-se a voz de Deus.

Eu não compreendo, meus senhores, como esta figura do Infante, tão cheia de poderes ocultos e misteriósos, não criou à sua volta a lenda que irisa sempre os santos e os heróis. Não sei de melhor assunto, que a sua vida, para entreter as longas horas vazias nas amuradas, quando a calmaria embala as naus como se fôssem berços. E contudo, Senhores, o infante D. Henrique não tem uma lenda; teem-na seus irmãos D. Pedro e D. Fernando, tem-na o Santo Condestavel, teve-a depois D. Sebastião. Só êle ficou esquecido, perdido no mistério das brumas...

Já a clara visão nacionalista de Garrett estranhava que Portugal não tivesse maior abundância de romances marítimos, e que o povo, que tanto viveu no mar e para o mar, não o houvesse cantado naquelas

trovas que são a verdadeira manifestação da vida nacional.

A memória popular guardou apenas narrativas em prosa, os aflitivos contos de naufrágios que depois haviam de formar o longo soluço de dôr da HISTÓRIA TRÁGICO-MARÍTIMA, como a prevenir os estouvados que mais valia arrotear os maninhos, que correr os perigos das ondas.

Em D. Henrique e em D. Pedro — o que andou as sete partidas do mundo — se personalisou o duelo eterno da Terra com o Mar ; mas o pensamento do velho Portugal rural morreu na abrasada auróra dum império imenso.

D. Pedro era a voz da terra, o espírito dos Lares, o defensor da política tradicional portuguesa do fomento da população, da lavoura, da pesca e do comércio marítimo. Preferir as emprêsas ultramarinas ao fomento da metrópole, avisava

D. Pedro que lhe parecia o mesmo que « trocar uma boa capa por mau capêlo ». D. Henrique era a voz do Longe, o enliado no canto infinito e vago da Distância. Embruxára-o a Renascença, alucinára-o o Mar.

✠

Desde que a vida marítima e ultramarina tomou por completo as nossas atenções, Lisboa absorveu Portugal. A população da capital triplicou em 80 anos. Os campos ficavam de velho, emquanto o comércio do Oriente dava ali trabalho para todos. Agora é que verdadeiramente Lisboa era a cidade das muitas e desvairadas gentes, de que o cronista antigo deixou lembrança.

Uma velha lenda alemã refere que certo cavaleiro, querendo, em Jerusalêm,

vêr num espelho mágico a mais formosa cidade da Europa, logo Lisboa, a grande, como se dizia então, resplandeceu à sua vista.

O ouro de Sofala, os rubis do Pegú, os diamantes de Narsinga, as safiras de Ceilão, as esmeraldas de Babilónia, as pérolas e os aljofares de Manaar, as sêdas e alcatifas da Pérsia, os tecidos de Bengala, as porcelanas da China e do Japão, o marfim de Moçambique, o benjoim de Sumatra, o ambar das ilhas malaias, os perfumes e as frutas, a pimenta, o cravo, a canela, tudo vinha passar pela casa da Índia, pagar tributo a Lisboa.

Lisboa já não é nossa! A Europa ergueu aqui o seu mercado, e todas as ambições, todos os entusiásmos, todas as paixões, à volta dêle se iluminam e ardem.

Mercadejar
por baixeza se havia
em alteza se tornou,

murmurava Sá de Miranda, oculto nas sombras da sua Quinta do Minho.

Eram tantas as riquezas, notam os cronistas do tempo, que já nem os feitôres da Casa da Índia tinham vagar para contar o dinheiro que os mercadôres lhes entregavam. Então, à beira do Tejo, sôbre a areia onde viviam as pégadas dos que fôram para o mar, com os mastros dos galeões e o cordame das velas, D. Manuel erguia o mosteiro magnífico dos Jerónimos, que ali ficava como uma nau imensa, ancorada para socêgo dos mareantes.

O primeiro ouro chegado das conquistas era devotamente lavrado; *as parias* de Quiloa, cristianisadas pelo cinzel de Gil Vicente, recebiam o corpo de Cristo, em sinal de que o Império dilatára a Fé. E sôbre o altar, fulgurando novas promessas, a Custódia de Belem derramava por todo o reino a benção clara da sua luz...

✠

A fama do nome português tinha dado volta ao mundo e, aumentada, doirava o velho continente. Agora era devéras minguante o emblêma do Proféta. Os reis de Fez, de Mesquinez, de Marrocos, vão sentindo perder cidades e castélos. Limita-se-lhes a terra, que indefinidamente cresce para os portuguêses...

A terra, não! Eram só fumos de riqueza erguendo-se no ar. Nos Diálogos sôbre o sítio de lisboa, bem o entendeu Luís Mendes de Vasconcélos, pondo na bôca de um dos seus interlocutôres estas certas reflexões, que o tempo louvou: « A conquista da Índia não nos deu campos, antes nos tirou os que nisto nos haviam de servir; porque, parte levados na cubiça,

e parte pela necessidade da conquista, temos muito menos do que convêm. E assim dizem os que nisto mais especulam que há agora muitas mais terras bravias, que foram já cultivadas. E quando isto não seja, tiveramos menos matos e mais terras cultivadas; porque, não pondo a esperança nas coisas das Índias, haveriam de ocupar-se os homens nas que tinham das portas a dentro ».

Já não era assim com as Ilhas — vasto celeiro aberto, — nem com o Brazil, terra fertilíssima, que o mar prendia a Portugal. A Índia gastava os homens na conquista, e o comércio, que tanto se devia sustentar, não teve por fim quem o amparasse.

Os descobrimentos paralisáram o aumento natural da população. *Casal medio despoblado,* chamava Gil Vicente à esquecida terra portuguesa. Não era só a gente môça que corria a alistar-se nas frotas, para servir nos exércitos do Oriente,

mas famílias inteiras emigravam também. Naus, caravelas, urcas, barineis, fustas, galeras, carracas, galeotas, pinaças, bargantins, catraias, galeões, solhando o mar, prendiam o vento nas latinas asas de trezentas velas.

Todo o reino vai embarcado. E' Portugal que parte. E lá vai a Ceuta, a Arzila, a Tanger; costeia a África, sonda todo o Atlântico, passa o cabo Tormentôso; toca em Sofala, em Melinde, em Mombaça; atravessa todas as tempestades, corre toda a Índia, dá volta ao mundo!

De Affrica tem maritimos assentos,
He na Asia mais que todas soberana,
Na quarta parte noua os campos ara,
E se mais mundo ouuera la chegára.

O mundo esqueceu que Portugal era pequeno, e Portugal esqueceu-se de si mesmo. A expansão colonial era demasiada; a metrópole não a podia comportar. Alcacer-Quibir não é sómente

um destino: tem a lógica da necessidade. Era tarde já para reparar o êrro. Os perfumes da Índia tinham transformado a vida moral da Raça.

Os que primeiro partiram, iam levar a Fé e buscar a honra; agora levavam a cubiça e traziam riquezas. Foi assim que estes perderam o que aqueles ganharam. S. Francisco Xavier, por que el-Rei lhe pedisse uma larga informação das cousas do Império, respondeu apenas que na Índia se conjugava o verbo Rapio em todos os modos. De sete anos para cima, ninguêm se salvava, dizia o Apostolo.

Era incrivel tanta ambição e luxo. Em todas as conquistas da Asia, as senhoras portuguesas tinham duzentas, trezentas, quatrocentas e quinhentas criadas e escravas para o seu serviço dentro de casa. Se saíam fóra, todo êste exercito vinha com elas. Adiante iam vinte, qua-

renta escudeiros com turíbulos de ouro, cheios de aromas, incensando o caminho; seguia-se o palanquim, em que ia a senhora, com os chapeus de sol ás estribeiras, tudo ouro, prata, diamantes, perolas... Atrás vinha a família, as criadas e as escravas, e na retaguarda os soldados que sustentava em sua casa o marido!

É esta a lição que a História de Portugal no século XVI nos ministra. A aventura das Navegações fica clamando que a grandeza duma nação não depende só da riqueza e da prosperidade comercial, mas principalmente dos costumes e dos corações fortes do seu povo.

Assim em Roma fôra já tambêm. A glória e o ouro trouxeram consigo a decadência e a corrupção. Depois da segunda guerra púnica, quando o império se alargára para là dos mares, a antiga unidade moral desapareceu, e o Estado viu em ruínas os alicerces sôbre que se erguêra.

Os tesouros de Mithridacia estão agora em Lisboa; parece que é Lucullus quem volta da Índia. A loucura do luxo, a ambição das conquistas, a febre dos lucros rápidos, incêndeiam as almas como nos dias doirados de Roma. Ah, a misteriósa ironia da vida, levando os povos, uns atrás dos outros, a queimar as asas no fogo do triunfo que os aquece!

São de hoje os lamentos de Tito-Lívio, as queixas de Sallustio. Renascem os vícios capitais de Roma. *Avaritia, ambitio, luxuria,* encontram, entre novos lumes, o culto abandonado...

Viajar, descobrir, conquistar, foi a paixão dum século inteiro. A alucinação do ouro, a vertigem da conquista, fizeram-nos esquecer o sólo e as águas da Pátria. Na carreira da Índia os naufrágios seguiam-se num delírio de morte. E com as naus tambêm se iam ao fundo o Reino e a Índia...

O mar devorou-nos. Parece que a rubra Cruz de Cristo, aberta nas bandeiras, consígo levava na verdade o sangue, a virtude e a fôrça das populações vivas que tinham aclamado o Mestre de Aviz. A nossa ruína foi porêm o preço do maior acto da civilização nos tempos modernos.

Um exame atento às condições actuais, em comparação do estado em que se ficou por 1515, desde logo indicará a necessidade de retomar o caminho perdido no têrmo de Quatrocentos.

Volver a uma metrópole firme, compacta, fórte, como a que deixou Nunalvares, é a primeira lei do mandamento imposto.

Procurêmos o que resta do velho Portugal, liguemo-nos a êle estreitamente, e, restaurada a forma tradicional do govêrno, seja o nosso cuidado corrigir os êrros democráticos, dar à província

sua unidade moral, quebrada pela falsa e inexpressiva divisão em distritos; confiar ao município suas liberdades antigas; reconstituír a família com base na terra, pela ressurreição do morgadio; proteger o trabalho, pelo restabelecimento das corporações; dar à vida religiosa seu vigôr e sua dignidade, assegurando-lhe a liberdade de associação: numa palavra, como proclama Paul Bourget, desfazer sistemáticamente a obra mortífera da Revolução. E das sombras densas, das ameaças sinistras, que enchem de pavôres esta hora angustiosa, erguer-se há uma clara auróra de esperança sôbre a terra santa de Portugal!

FINIS
LAVS DEO

O QUE VOS PARECER DIGNO DE REPRẼSON OU DE COREGIMẼTO SEIA POSTO A MYNHA INORÃÇIA E SINPREZA E NÕ A OUTRO MALEÇIOSO ẼGANO.

FREY JOHAN ALUAREZ.

PLEASE DO NOT REMOVE
CARDS OR SLIPS FROM THIS POCKET

UNIVERSITY OF TORONTO LIBRARY

UTL AT DOWNSVIEW
D RANGE BAY SHLF POS ITEM C
39 13 09 04 09 002 4